

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO NA ACADEMIA BRASÍLICA DOS
ESQUECIDOS (SALVADOR, 1724-25)**

Marcelo Kochenborger Scarparo

Porto Alegre

2010

Marcelo Kochenborger Scarparo

**HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO NA ACADEMIA BRASÍLICA DOS
ESQUECIDOS (SALVADOR, 1724-25)**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Mara Cristina de Matos Rodrigues

Porto Alegre

2010

Marcelo Kochenborger Scarparo

**História e Representações do Espaço na Academia Brasílica dos Esquecidos
(Salvador, 1724-25)**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Mara Cristina de Matos Rodrigues – (Orientadora) – UFRGS

Fábio Khün – UFRGS

Luciana Boeira - UFRGS

Porto Alegre, 6 de Dezembro de 2010.

Para
Hélio Victor Kochenborger
IN MEMORIAM

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos professores do curso de História da UFRGS. Em especial, gostaria de agradecer à minha orientadora Mara Rodrigues, não só pelo empenho e colaboração com este trabalho, mas por enriquecer e tornar mais agradável a vida acadêmica.

Aos meus colegas de graduação, especialmente a Gabriel Torelly Fraga, Leonardo Waisman de Azevedo, Carlos Fernando de Quadros, Pedro von Mengden Meirelles, Marcos Santos Machry e Samuel Pereira Marcolin, pelas colaborações e pelo companheirismo.

Aos colegas e amigos Evandro Santos, Luciana Boeira e Eliete Tiburski.

Aos meus amigos e amigas que me acompanham desde antes do ingresso na Universidade: Guillermo Domingues Gutiérrez, Andrea Giovana Pesenti e Silva, Marianne Swirski Souza, Bruno Ludovico Dihl Horn, Bruno Oliva Peroni, Daniel Leonhardt dos Santos, Gustavo Garcia Moll, Gabriela Dorneles Antonioli, Natália Fagundes e Walter Lorenzo Zílio Mota de Souza. Apesar dos desencontros, eles ajudaram a tornar a vida sempre mais agradável.

Ao meu pai Paulo Sergio, que apoiou este e muitos outros esforços e a quem sou eternamente grato.

À minha mãe Helena, companheira de estudos, cinema e leitura, cujo apoio foi fundamental desde o primeiro rascunho de projeto de pesquisa.

Aos meus irmãos Roberta e Eduardo, por todo apoio e compreensão, pelas trocas de experiências e pela mais profunda expressão de amizade e acolhimento.

À minha querida avó Lacy Thereza, que sempre compartilhou sua história, carinho e culinária.

Ao meu avô Hélio Victor, que vai sempre estar no coração de todos nós.

À Lívia Gomes Ferreira, que dominou a arte de escrever com carinho.

A todos aqueles que colaboraram de alguma forma com este trabalho, cujos nomes extrapolariam esta página.

Ninguém jamais percebeu um lugar a não ser em um tempo, ou um tempo a não ser em um lugar.

Hermann Minkovski

RESUMO

A Academia Brasílica dos Esquecidos foi fundada na cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos em março de 1724, com o objetivo de ampliar a produção letrada e escrever sobre a história do Brasil enquanto parte do Império Português. As atividades dessa instituição duraram até fevereiro de 1725. Analisamos, aqui, as "dissertações históricas" - divididas pelos acadêmicos em história política, militar, eclesiástica e natural - e estudamos as representações espaciais contidas nessas fontes, tendo em vista sua participação na escrita da história enquanto portadoras de sentidos socialmente constituídos. Buscamos relacionar os argumentos apresentados pelos acadêmicos setecentistas com o seu contexto sócio-histórico, visto que eles são publicados em um espaço permeado de disputas políticas, tanto no âmbito americano quanto no que concerne ao Império Lusitano como um todo. A discussão de algumas práticas e concepções sócio-políticas e culturais do antigo regime português se insere neste trabalho, portanto, a fim de embasar nossas análises.

Palavras-chave: Luso-brasileiro. Academias Eruditas. Academia dos Esquecidos. Espaço.

ABSTRACT

The foundation of the literate academy named Academia Brasileira dos Esquecidos, in the city of São Salvador da Bahia de Todos os Santos, in March 1724, aimed to amplify the literate production in Portuguese America and to write about the Brazilian history, as a part of the Portuguese Empire. The activities of such institution have been maintained until February 1725. In this monograph, we analyze the “historical dissertations” – divided by the academics in political, military, ecclesiastic and natural history – and we study the representations of the geographic space contained in such texts, considering that they have a role in the history’s writing process as bearers of socially constituted meanings. We aim to relate the arguments presented by the Eighteenth Century academics with their social-historical context, knowing that they are publicized in a space filled with political disputes, both in the American scope and concerning the Lusitanian Empire as a whole. The discussion of some cultural, political and social practices and conceptions of Portugal’s Ancient Regime is inserted in this paper, so that our analysis can be based upon them.

Key-words: Luso-brazilian. Academy. Academia dos Esquecidos. Space.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO: O MOVIMENTO ACADEMICISTA LUSO-BRASILEIRO..... | 9 |
| 2 O MOVIMENTO ACADEMICISTA E A ESCRITA DA HISTÓRIA..... | 14 |
| 2.1. Os Acadêmicos em Seus Lugares: Quem escrevia a história?..... | 14 |
| 2.2. Relações Acadêmicas Luso-Brasileiras..... | 17 |
| 2.3. O Academicismo entre a Teologia, a Retórica e a Política..... | 20 |
| 3 A REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO..... | 24 |
| 3.1. Espaço Natural, Espaço Divino..... | 24 |
| 3.2. Teatro do Mundo, Teatro da História..... | 27 |
| 3.3. Espacialidade e Temporalidade..... | 30 |
| 3.4. Particular e Universal..... | 32 |
| 4 A DISPUTA DE ARGUMENTOS SOBRE O “TEATRO DA HISTÓRIA”..... | 37 |
| 4.1. Dissertação, História e Disputa..... | 37 |
| 4.2. Antigos e Modernos..... | 39 |
| 4.3. América Portuguesa, Nova Lusitânia Ocidental..... | 41 |
| 4.4. Espaço de Produção..... | 44 |
| 4.5. História, Geografia e Projetos Coloniais..... | 45 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 50 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 52 |

1 INTRODUÇÃO: O MOVIMENTO ACADEMICISTA LUSO-BRASILEIRO

Laura de Mello e Souza aponta para um início de século bastante conturbado para os domínios portugueses: o clima belicoso em que se encontrava a Europa teve um impacto bastante forte sobre as políticas do Império, forçando o envolvimento na Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714). Quanto à América Portuguesa, o resultado desse envolvimento foi um aumento na atividade de corso, ameaçando os domínios portugueses¹. Também no plano interno parecia ameaçado o poder do Rei na América: o poder do Estado dificilmente alcançava uma grande parcela da população, que se organizava sob outras formas de sociabilidade².

Apesar das tentativas de D. Pedro II em manter-se alheio às disputas pelo trono, foi necessário o envolvimento na disputa pela sucessão espanhola. A guerra causou fortes prejuízos econômicos para Portugal e, após a assinatura do tratado de Utrecht, delineou um novo panorama político na Europa, com a hegemonia inglesa, francesa e austríaca. D. João V, que assumira o trono português em 1707, decidiu, após a assinatura do tratado, por uma política de neutralidade e pelas iniciativas diplomáticas a fim de garantir uma posição destacada para Portugal³.

A investida diplomática portuguesa, de acordo com Coutinho, teria proporcionado o contato de letrados portugueses com diversos intelectuais dos países onde se estabeleceram embaixadas⁴. A abertura para as idéias, livros e

¹ SOUZA, Laura de Melo e. **O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Cia das Letras, 2006. P. 78-108.

² O Império Português é compreendido pela historiografia recente enquanto um sistema articulador de diversas sociedades, proporcionando a criação de amarras econômicas, comerciais, produtivas, familiares, sociais, políticas, administrativas e culturais entre regiões afastadas geograficamente. Esses elos construíram-se mesmo sem o auxílio da metrópole, o que evidencia uma complexa rede de relações não caracterizadas por dualidade entre zonas metropolitanas e coloniais. Ver FRAGOSO, João. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império Português (séculos XVII e XIX). In: **História: questões e debates**. Curitiba, n. 36, p. 99-127, Editora da UFPR, 2002; ALENCASTRO, Luís Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português. IN: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVEIA, M. de F. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³ COUTINHO, Ana-Sofia de Almeida. **Imagens Cartográficas de Portugal na Primeira Metade do Século XVIII**. 2007. Dissertação (mestrado em Letras) - Universidade do Porto, Porto. p.9-23

⁴ O tema das embaixadas e das demonstrações de poder de Portugal frente aos outros países europeus, realizadas por meio de ações diplomáticas, é abordado em maior profundidade em LIMA, Sheila Conceição Silva. *As Transformações da Sociedade Setecentista: a embaixada régia como*

objetos provenientes do estrangeiro teria, então, gerado todo um movimento intelectual em Portugal, fortalecido pelas as práticas de mecenato exercidas pelo Estado a partir de então⁵.

A fundação, em 1720, da Academia Real de História, em Lisboa, se deu sob os auspícios da realeza portuguesa⁶ e tem forte relação com o movimento das luzes em países próximos, em especial no cenário francês⁷. A reunião de grande parte dos mais importantes intelectuais de Portugal, a fim de escrever uma obra monumental, não deixou as colônias esquecidas. Dadas as dificuldades de escrever, desde Lisboa, toda uma história da América Portuguesa, foi ordenado ao vice-rei Vasco César de Menezes que estabelecesse uma agremiação dedicada à coleta dos dados necessários à escrita da História de Portugal em terras do Brasil e ao estudo da história brasílica⁸.

Naquele tempo, São Salvador da Bahia de Todos os Santos “se destacava como um industrioso estaleiro e praça comercial, por onde corriam as informações sobre a situação política, econômica e militar no Atlântico e no Índico”⁹. As cidades e as vilas, destaca Sílvia Lara, não se caracterizavam no pensamento setecentista apenas enquanto aglomerados de casas, mas enquanto um centro da vida política, mais precisamente um centro de poder metropolitano, amparado pela instituição das câmaras, juízes e pelourinhos¹⁰. Destaca-se que, entre o final do século XVII e o início do século XVIII, o Recôncavo Baiano estava em fase de transformação

simbolismo político no reinado de D. João V (1716). In: XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-Rio. **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro, 2010.

⁵ COUTINHO, Ana-Sofia de Almeida. Op. Cit. p. 9-23.

⁶ A criação da Academia Real de História Portuguesa está ligada à emergência de uma “nova razão de estado” em Portugal. O novo modelo administrativo e cultural comportava também a existência de “estrangeirados”, que participavam da cultura lusitana apesar de estarem fora do reino. Esses estrangeirados emitiam juízos críticos acerca das ações do reino nas regiões onde se encontravam. Percebe-se, portanto, a formação de uma relação com membros do império residentes fora de Portugal que participavam das discussões de importância para o Império. Cf. RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado” na cultura política moderna: o Império Português, anos 1720-1730. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (orgs.). **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 131-154.

⁷ Alguns anos antes da fundação da Academia Real de História, algumas outras academias menores já haviam sido formadas em Portugal. A presença de estrangeiros nessas academias é lembrada por COUTINHO, Ana-Sofia. Op. Cit. p. 38.

⁸ Uma vez que o projeto da Academia Real de História se baseia em uma escrita coletiva, à Academia Brasílica dos Esquecidos caberia reunir os materiais e as memórias necessárias para a escrita dessa história. A questão da inserção da América Portuguesa no projeto historiográfico lusitano será aprofundada nos capítulos seguintes deste trabalho.

⁹ KANTOR, Íris. As academias brasílicas e a transmissão da cultura letrada: os Esquecidos e os Renascidos (1724-1759). In: MONTEIRO, Rodrigo; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Império de Várias Faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009.

¹⁰ LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos Setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

administrativa: freguesias estabelecidas nos séculos precedentes emancipavam-se, ganhando o status de vilas¹¹. Dessa forma, foi delineada uma rede de localidades interligadas e especialmente vinculadas à cidade de Salvador.

A formação da Academia Brasílica dos Esquecidos¹², em fevereiro de 1724, se fez por iniciativa do Estado e contou com a participação de membros das elites coloniais tradicionais. A cidade de Salvador era ideal para tal empreendimento. A forte presença da elite (letrada ou não) e a condição de cidade-pivô dentro do sistema imperial faziam dessa localidade um ponto estratégico para a criação de instituições que permitissem ampliar os contatos entre as iniciativas do Estado e os fazeres e saberes dos habitantes mais destacados da América. A data em que surge tal academia pode ser vista como o momento fundamental das relações acadêmicas entre Portugal e a América Portuguesa no Setecentos. Esse é, antes de tudo, um momento de diversificação e amadurecimento do conhecimento sobre os territórios lusos no Novo Mundo, assim como da reelaboração dos modos de pensar os espaços, lugares e domínios constituídos até então. A fim de cumprir com seus objetivos, os Esquecidos organizaram encontros quinzenais. Realizaram ao todo dezoito sessões acadêmicas, as quais eram compostas por leituras de obras poéticas¹³ e por dissertações históricas.

A Academia Real de História e a Academia Brasílica dos Esquecidos foram constituídas e incentivadas pelo Estado em nome de objetivos que não podem ser resumidos à pura erudição. Os trabalhos da Academia dos Esquecidos parte de uma articulação entre a escrita retórica, a teologia e a política, articulação essa que já foi demonstrada para as letras coloniais em estudos realizados por João Adolfo Hansen

¹¹ ANDRADE, Adriano Bittencourt. A Espacialização da Rede Urbana do Recôncavo Baiano Setecentista à Luz da Cartografia Histórica. In: III SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. **Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Ouro Preto: UFMG, 2009. Vila de Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe (1697); Vila de São Francisco da Barra do Sergipe Conde (1698); Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira (1698); Vila de São Bartolomeu do Maragojipe (1724); Vila da Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro (1725).

¹² Ainda que circulem diversas versões acerca da motivação em dar o nome “*esquecidos*” à academia, é provável que se deve ao fato de que nenhum dos membros-fundadores da academia estavam nos quadros da Academia Real de História, até 1724. Posteriormente, alguns deles foram convidados a participar da academia lusitana. Cf. PEDROSA, Fábio Mendonça. A Academia Brasílica dos Esquecidos e a História Natural da Nova Lusitânia: O movimento academicista e a Academia Brasílica dos Esquecidos. In: **Revista da SBHC**, nº1, 2003. P.21-28.

¹³ Quanto às obras poéticas na Academia dos Esquecidos, ver PINTO, Nilton de Paiva. **A Poesia de Rocha Pita na Academia Brasílica dos Esquecidos**. 2007. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

e Alcir Pécora¹⁴. Cabe lembrar que a participação do Estado nos empreendimentos intelectuais em Portugal já acontecia no século antecedente.

As academias literárias do século XVII, principalmente em Portugal – onde essas instituições funcionavam como extensão da corte palaciana – não possuíam nenhuma autonomia artística, pois a atividade poética era severamente disciplinada e padronizada, fruto direto do dogmatismo contra-reformista que impedia qualquer forma de liberdade criativa. Nessa época, a estrutura do Estado Português era orientada pela doutrina teológico-política proveniente do Concílio de Trento, a qual hierarquizava e orientava a sociedade como unidade de integração do corpo político do Estado.¹⁵

A análise das dissertações históricas, objetivada por este trabalho, deve partir da compreensão de que tratamos da produção de uma agremiação inserida em uma rede que abrange letrados de diversas localidades. A participação dos eruditos da América Portuguesa nesse empreendimento se dá, portanto, em conexão com um projeto de pretensões muito mais amplas¹⁶.

* * *

O presente trabalho tem a intenção de analisar, nas dissertações históricas produzidas pela Academia Brasílica dos Esquecidos, que relação existe entre a representação do espaço geográfico e a escrita da história¹⁷. A fim de cumprir com esse objetivo, esta monografia foi dividida em 3 capítulos.

O capítulo intitulado *O Movimento Academicista e a Escrita da História* aborda o academicismo enquanto um movimento luso-brasileiro. O ambiente cultural da América Portuguesa e os letrados participantes da Academia Brasílica dos Esquecidos são discutidos no primeiro subcapítulo, *Os acadêmicos em seus lugares: quem escrevia a história?*. As relações entre a Academia dos Esquecidos e

¹⁴ PÉCORA, Alcir. **Teatro do Sacramento**: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. 2ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP; São Paulo: EdUSP, 2008; HANSEN, J. A. **A sátira e o engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. SP: Ateliê Editorial; Campinas: Unicamp, 2004.

¹⁵ PINTO, Nilton de Paiva. Op. Cit. p.58.

¹⁶ Podemos também pensar o movimento academicista pelas influências de uma academia sobre aquelas que a sucedem. Entre as agremiações acadêmicas que seguiram a Academia dos Esquecidos, a Academia dos Felizes (Rio de Janeiro, 1736-1740), a Academia dos Selectos (Rio de Janeiro, 1752), e a Academia dos Renascidos (Salvador, 1759) são especialmente importantes nos desdobramentos desse movimento. Cf. FREITAS, Maria Helena de Almeida. **Origens do Periodismo Científico no Brasil**. 2005. Dissertação (mestrado em história da ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

¹⁷ Remeto, aqui, à teoria de Michel de Certeau, para quem podemos ver a escrita da história enquanto uma *operação* que pressupõe um *lugar social*, no qual se insere o historiador e com o qual se articula a pesquisa; *uma prática*, ou seja, uma técnica pela qual o historiador transforma o material estudado em objeto da história e *uma escrita*, caracterizada pela passagem da prática ao texto. Cf. CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

a Academia Real de História Portuguesa, assim como com a coroa portuguesa são abordadas no segundo subcapítulo, *Relações acadêmicas luso-brasileiras*. A última divisão deste capítulo, intitulada *O academicismo entre a teologia, a retórica e a política*, problematiza os modos de interpretar textos setecentistas, relacionando-os com a cultura do Império Português.

O capítulo denominado *A representação histórica do espaço* trata dos modos como foram representadas as questões geográficas nas dissertações históricas. No subcapítulo intitulado *Espaço natural, espaço divino* tratamos da ideia setecentista de natureza, associando-a aos textos da Academia Brasílica dos Esquecidos. Em seguida, em *Teatro do mundo, teatro da história*, abordamos a caracterização do mundo em quanto um teatro, empreendida não só nas dissertações dos Esquecidos, mas também em obras de contextos diversos. A partir da discussão dessa metáfora, tentamos compreender as relações entre descrição e narração nos textos da academia. O terceiro subcapítulo, *Espacialidade e temporalidade*, é uma tentativa de unir a discussão das formas de conhecimento geográfico correntes durante o Setecentos com aspectos da temporalidade percebidos nas obras que analisamos. Não propusemos uma análise aprofundada das representações do tempo, sendo nosso enfoque o espaço, mas procuramos encontrar pontos em que essas duas categorias se encontram. Por fim, em *Particular e universal*, tratamos da divisão, presente nas obras estudadas, entre duas perspectivas de análise histórica.

O último capítulo, *O “teatro da história” entre argumentos em disputa*, tem por objetivo uma análise das representações do espaço nas dissertações históricas vinculadas a uma perspectiva da política imperial portuguesa. O conceito de dissertação histórica e as consequências da escolha por essa forma de produção são discutidos no primeiro subcapítulo, *Dissertação, História e Disputa*. O segundo subcapítulo, *Antigos e Modernos*, trata da percepção, pelos acadêmicos, de duas formas de compreender o mundo. Assim, a relação dos escritos da Academia dos Esquecidos com cada um desses modelos é problematizada. A possibilidade ou não da escrita sobre uma unidade territorial americana é alvo da nossa discussão em *América Portuguesa, Nova Lusitânia Ocidental*. A questão dos usos econômicos e produtivos da terra é abordada no quarto subcapítulo, *Espaço de Produção*. O último subcapítulo, *História, Geografia e Projetos Coloniais*, procura conciliar uma interpretação da lógica imperial com a representação histórica do espaço pelas academias eruditas.

2 O MOVIMENTO ACADEMICISTA E A ESCRITA DA HISTÓRIA

Este capítulo tem por objetivo discutir a inserção da Academia Brasílica dos Esquecidos no contexto do movimento academicista na Europa e na América Portuguesa. Para tal, faz-se fundamental uma abordagem combinada das práticas letradas e das políticas em que se inseriam as academias do Setecentos.

2.1 Os Acadêmicos em seus Lugares: Quem escrevia a História?

Na data da fundação da Academia dos Esquecidos, o vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses¹⁸ convidou, por meio de cartas-circulares, sete letrados de Salvador a compor os quadros da mesma. Os sete membros fundadores foram:

o Reverendo Padre Gonçalo Soares da Franca, o desembargador Caetano de Brito e Figueiredo, chanceler deste Estado, o desembargador Luís de Siqueira da Gama, Ouvidor Geral do Cível, o Doutor Inácio Barbosa Machado, Juiz de Fora desta cidade, o Coronel Sebastião da Rocha Pita, o Capitão João de Brito e Lima, e José da Cunha Cardoso.¹⁹

Em geral, os membros da academia²⁰ faziam parte das elites tradicionais da colônia, estando frequentemente ligados ao Estado ou a Igreja. Não há notícias de indivíduos ocupados, por exemplo, com comércio ou manufaturas envolvidos no âmbito da academia²¹. Como se pode perceber pela notícia da fundação da Academia, seus fundadores ocupavam lugares de prestígio na sociedade soteropolitana de então.

Os membros escolhidos para compor os quadros da Academia Brasílica dos Esquecidos eram, provavelmente, pessoas escolhidas cuidadosamente, em quem o

¹⁸ Vasco Fernandes César de Meneses (1673-1741), primeiro Conde de Sabugosa. Nomeado Vice-Rei do Brasil em 1720.

¹⁹ ACADEMIA BRASÍLICA DOS ESQUECIDOS. Notícia da Fundação. In: CASTELLO, José Aderaldo. **O Movimento Academicista no Brasil, 1641-1820-22**. Vol. 1. Tomo 1. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969. p. 3.

²⁰ A Academia chegou a ter aproximadamente 155 membros. Cf. MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. **Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial**. 2 v. 1999. Tese (doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo.

²¹ PEDROSA, Fábio Mendonça. Op. Cit. p.22

vice-rei confiava para não contrapor, com seus trabalhos, as instituições e o poder que se estabelecera²². Esses senhores podem ser descritos, sem muitos desvios, enquanto eruditos, membros das elites tradicionais²³ e humanistas com amplo conhecimento de obras clássicas. É importante lembrar que muitos dos integrantes da Academia participaram anteriormente de agremiações eruditas. Note-se, por exemplo, que três dos sete membros fundadores da Academia dos Esquecidos faziam parte da Academia dos Anônimos, que operou em Lisboa, fundada no ano de 1711²⁴.

Dentre os sete membros fundadores, José da Cunha Cardoso foi escolhido como secretário. Outros quatro membros foram designados “lentes”, incumbidos da tarefa de produzir dissertações acerca de uma temática da história brasileira. A Gonçalo Soares da Franca coube a História Eclesiástica, a Caetano de Brito e Figueiredo a História Natural, a Inácio Barbosa Machado a História Militar, e a Luís de Siqueira da Gama a História Política.

Ainda que não tenha sido escolhido como lente, Sebastião da Rocha Pita escreveu e publicou sua História da América Portuguesa, ganhando grande visibilidade e sendo, graças a ela, aceito como supranumerário da Academia Real de História, em Lisboa. Além de Rocha Pita, apenas Gonçalo Soares da Franca foi convidado a ser supranumerário em Lisboa²⁵.

A escrita da história nos territórios ultramarinos portugueses não se fazia sem dificuldades. É comum encontrar, entre as “dissertações históricas”, comentários acerca da ausência de boas bibliotecas e da falta de tempo. Soma-se a isso o caráter quase inédito das temáticas que abordam alguns dos acadêmicos. Ainda que boa parte das discussões refira-se a assuntos presentes em outras obras, poucos

²² A relação de mecenato estabelecida entre os acadêmicos e o vice-rei pode expressar-se, por exemplo, pelo lugar onde ocorreram as 18 sessões da Academia Brasileira dos Esquecidos. Vasco Fernandes César de Menezes cedeu o seu palácio para as reuniões. Cf. FIORETO, T. A Sociedade Colonial do Brasil no Início do Século XVIII: as contribuições dos estudos de retórica antiga para a compreensão do sistema ideológico colonial. In: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C. (org.). **Múltiplas perspectivas em Linguística**. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 2882.

²³ Ainda se faz necessária uma coleta de dados mais precisos acerca dos indivíduos inseridos na Academia. No entanto, até o momento não há notícias de membros que não fossem proprietários rurais tradicionalmente estabelecidos e/ou desvinculados de cargos do Estado ou da Igreja.

²⁴ Caetano de Brito e Figueiredo, José da Cunha Cardoso e Luís Siqueira da Gama eram esses três acadêmicos. Cf. PINTO, Nilton de Paiva. Op. Cit. p. 63.

²⁵ PINTO, Nilton de Paiva. **A Poesia de Rocha Pita na Academia Brasileira dos Esquecidos**. Dissertação. Belo Horizonte, UFMG, 2007. p. 118.

havia sido discutidos de acordo com os padrões formais que propuseram os acadêmicos aqui analisados²⁶.

A participação das elites coloniais nas atividades acadêmicas não é impulsionada apenas por um interesse pelas letras de cada um dos membros. Tornar-se membro da Academia dos Esquecidos era, também, uma maneira de tornar-se visível ao Estado, o que poderia resultar em condecorações, títulos e vantagens²⁷. A participação dos letrados no projeto acadêmico, então, está associada à *economia de mercês*²⁸, com a criação de laços entre as elites e o monarca a partir da prestação e da retribuição de favores.

O caso típico de cumprimento de deveres de gratidão na sociedade de Antigo Regime é o das *mercês* régias, remuneratórias dos *serviços* dos vassallos. Estes serviços não eram estritamente devidos, importando alguma componente graciosa, algum favor, que constituía o beneficiário em gratidão. A *mercê* era, então, o pagamento do dever de gratidão, um dever não estritamente *legal*, mas quase-jurídico (*antidoral*, para utilizar a palavra grega que exprime esta fortíssima obrigação). [...] Na generalidade dos juristas, estes deveres de *doação* (mas de *doação remuneratória*) de mercês são mesmo considerados como estritos deveres de *justiça comutativa* (ou seja, da justiça que exige que a uma prestação corresponda outra, equivalente e inversa) e, portanto, deveres jurídicos em sentido estrito.²⁹

Assim, a Academia Real de História e a Academia Brasílica dos Esquecidos se inserem nas políticas do Antigo Regime de maneira eficaz. O mecenato do Estado, característica comum às duas academias, torna essa consideração ainda mais importante. Por outro lado, havia um interesse do Estado Português na

²⁶ É um exemplo dessa constatação aquilo que relata Gonçalo Soares da Franca: “mas na composição da história eclesiástica do Brasil, quem há de emprestar materiais para o seu artefato, onde se não de colher flôres par êste ramallete, por que aquedutos não de passar as águas para esta fonte?” Cf. FRANCA, Gonçalo Soares da. Dissertações da história eclesiástica do Brasil que recitou na academia brasílica dos esquecidos (1724) Transcrito In: CASTELLO, José Aderaldo. **O Movimento Academicista no Brasil**. Vol. I, tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971. Também Inácio Barbosa Machado comenta essas dificuldades: “Falha-lhe o adorno das autoridades, a elegância das Frases e o sólido dos discursos porque são produções do meu grosseiro talento, concebidas nas trevas da minha ignorância, e fabricadas sem auxílio de livros da nossa História; pois ainda que os reconheci precisos, os não tive por afastados. Se estivera na Europa ajudara o meu trabalho dos preciosos socorros de tantas Bibliotecas ilustres, mas como escrevi no Brasil contentei-me com o pouco que tinha estudado.” Cf. MACHADO, Inácio Barbosa. *Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasílica*. (1724) Transcrito In: MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. **A Academia brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial**. São Paulo: USP, 1999. fôlio 3, p. V.

²⁷ KANTOR, Íris. Op. Cit. P. 277.

²⁸ Ver, quanto à economia de mercês, OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno**: Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001.

²⁹ HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. In: **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 21, Junho de 2006. p. 139.

existência de uma academia brasílica e na coleta de informações acerca da história da América Portuguesa. De acordo com Kantor³⁰, os indícios do deslocamento de poder para Minas Gerais estariam preocupando a elite soteropolitana com a possibilidade de perda de influência. Sendo assim, a criação de uma academia erudita pode estar relacionada com uma tentativa de apaziguar os habitantes da Bahia, valorizando a cidade de Salvador. O estreitamento dos laços entre as elites locais e o vice-rei também é apontado pela historiadora como uma motivação para a criação de uma academia naquela região.

2.2 Relações Acadêmicas Luso-Brasileiras

O incentivo dado pela coroa lusitana aos seus súditos para pensar o Império Português, a partir da formação das academias letradas foi centrado em Lisboa, com a formação, em 1720, da Academia Real de História Portuguesa³¹. No entanto, a criação, quatro anos depois, de uma agremiação acadêmica na América Portuguesa, ainda que ligada intimamente a Lisboa, mostra que as novidades introduzidas na cultura e na política do Império Português não se restringiram à metrópole, tendo-se difundido por estratégia e por necessidade³².

Tendo em vista o contexto geopolítico da primeira metade do século XVIII, o movimento academicista teve certamente preocupações políticas e territoriais no que concerne o espaço americano. Os Esquecidos estavam nitidamente preocupados em encontrar lugar do Novo Mundo dentro da historiografia universal,

³⁰ KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 2004. p. 93.

³¹ Sobre a Academia Real de História Portuguesa, ver MOTA, Isabel. **A Academia Real de História**: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Minerva, 2003.

³² A abordagem de Hespanha sobre a monarquia portuguesa, a partir de uma perspectiva crítica da ideia de centralização do poder, colabora com essa questão. A experiência academicista no Brasil poderia estar ligada à necessidade de promover maiores contatos entre as elites americanas e metropolitanas. O conceito cunhado por Hespanha de “monarquia corporativa” pressupõe que “o poder real partilhava o espaço público com poderes de maior ou menor hierarquia; o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*ius commune*) e pelos usos e práticas jurídicos locais; os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes; os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real”. Cf. HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português. IN: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVEIA, M. de F. **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 166-167.

especialmente na História de Portugal que vinha sendo escrita pela Academia Real de História. Definir esse lugar significava definir o que é o continente americano, quem são seus habitantes e que relações eles tinham com a civilização européia. O movimento academicista da primeira metade do século XVIII

ajudou a desencadear uma nova percepção sobre o estatuto político do território colonial, estimulando, assim, a reflexão sobre a natureza dos laços que prendiam a América ao Reino: amarras simultaneamente jurídicas, familiares, linguísticas e culturais.³³

A partir dessa constatação, poderíamos pensar que os textos dos Esquecidos continham uma dose de nativismo, podendo encontrar aí as origens do nacionalismo brasileiro. Tal suposição, no entanto, deve ser considerada com cuidado, tendo em vista o anacronismo de que pode estar imbuída³⁴.

Sebastião da Rocha Pita, membro da Academia dos Esquecidos, escreveu um dos mais importantes textos historiográficos do contexto aqui analisado³⁵. A leitura de um trecho bastante famoso de sua obra pode contribuir para nossas considerações acerca do nativismo e da natureza das relações acadêmicas entre Lisboa e Salvador:

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são as mais benignas, e se mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras: é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutífero clima; influem benignos astros, e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil e povoado de inumeráveis habitantes, posto que por ficar debaixo da tórrida zona o desacreditassem e dessem por inabitável Aristóteles, Plínio e Cícero, e com gentios os padres da Igreja Santo Agostinho e Beda, que terem a experiência deste feliz orbe, seria famoso assunto das suas elevadas penas, aonde a minha receia voar, posto que o amor da pátria me dê as asas, e a sua grandeza me dilate a esfera.³⁶

Seria possível, com a leitura desse trecho, imaginar que Rocha Pita refira-se a um sentimento nacionalista em relação ao Brasil. De fato, há histórias da

³³ KANTOR, Íris. Op. Cit. p.16.

³⁴ Essa questão será discutida mais adiante, neste mesmo capítulo, relacionada com aspectos conceituais e retóricos da escrita anterior ao século XIX.

³⁵ Trata-se de sua obra intitulada "**História da América Portuguesa desde o Ano de 1500 do Seu Descobrimento até ao de 1724**", cuja redação foi iniciada alguns anos antes da fundação da Academia dos Esquecidos e a publicação em Lisboa data de 1730.

³⁶ PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. São Paulo: EdUSP, 1976. p. 19.

literatura³⁷ que abordam as academias letradas sob esse ponto de vista. No entanto, é necessário ter cuidado com questões semânticas para a melhor compreensão desse ponto. O dicionário de Raphael Bluteau³⁸ nos é decisivo. Vejamos a definição do vocábulo “pátria”, neste que foi um dos dicionários mais conceituados pelos eruditos luso-brasileiros daquele século:

A terra, a Villa, a Cidade, ou Reyno, em que se nasceo. Ama cada hum a sua pátria, como origem do seu ser & centro do seu descanso. Raras vezes sahem as aves do bosque em que tiverão seu ninho. Tem a pátria qualidades retentivas para os que nascem nella, & attrativas para os que dela se apartão. Representavão os antigos o amor da pátria em figura de mancebo, porque este amor, ao contrário dos outros, cresce com os annos, & não passa das carícias ao desdém, & do fogo à neve, como quando chega a velhice.(...) A pátria de Ulysses, não era Roma, cabeça do mundo, & e throno da glória mundana, nem era sua pátria Athenas, honra da Grécia, & cadeyra de Minerva. Pátria deste famoso varão era Ithaca, ilheo do mar Jônico, estéril, & deserto.³⁹

Assim, temos que o “amor da pátria” a que se refere Rocha Pita, nada tem de sentimento nacional, mas de sentimento em relação à terra em que se nasceu. Tal constatação parece ir de encontro à tese de um império lusitano multifacetado, unido pela soberania da Coroa Portuguesa. Assim, os amores pátrios nada tinham de conflito com o sentimento de pertença ao Império Lusitano.

Essa conclusão nos leva ao encontro de João Paulo Pimenta, para quem, ainda que fossem existentes as identidades locais, a identidade de pertencimento ao Império Português era um forte meio de integração política e territorial. Essa identidade deveu-se muito à subordinação a um mesmo monarca, por pessoas espalhadas por territórios dispersos. Em torno do Rei e da religião católica, todos os súditos se reuniam sob o signo do Império Português, ocupando algum lugar em uma rede de relações de corte⁴⁰. Sendo assim, a existência de alguns localismos no seio da Monarquia Lusitana não representava nenhuma forma de rompimento, mas era a consequência de uma reforma que partiu da metrópole: a fraqueza de Portugal frente as novas potencias européias e a extensão do Império tornaram necessária a

³⁷ Ver, por exemplo, VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1909). Brasília: UnB, 1963; BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1975.

³⁸ Raphael Bluteau (1638-1734). Jesuíta e membro da Academia Real de História Portuguesa. Seu *Vocabulário Portuguez & Latino* é citado diversas vezes nas obras escritas para a Academia Brasileira dos Esquecidos.

³⁹ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português & Latino**. Volume 6. p. 320.

⁴⁰ PIMENTA, João Paulo Garrido. **Portugueses, americanos e brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo-Regime luso-americano**. Almanack Brasiliense, n. 3. Maio de 2006, p. 71.

valorização do ultramar. A ideia de que Reino e Ultramar eram “espaços diferenciados e, por isso, complementares” teria levado a metrópole a acatar a existência das singularidades locais⁴¹.

A existência de fragmentações na colônia, incentivando esses localismos, nunca foi um impedimento à unidade do Império. Alguma expressão de unidade pode ter surgido, como aponta Laura de Mello e Souza, no âmbito literário antes de surgir no âmbito político⁴². Essa unidade, no entanto, não traz consigo a idéia da pertença a uma nacionalidade ou a um império diferente. Há uma continuidade, pelo menos até o início do século XIX, na vinculação com o Império Português.

Inserindo-se nas discussões sobre as formas de dominação ou colaboração entre o Reino e o Ultramar, Diogo Ramada Curto traz o debate para o âmbito das academias letradas. O movimento academicista não seria formado como um mecanismo de dominação vertical da metrópole sobre a colônia, mas como um movimento cultural e político inserido na sociedade do Antigo Regime. “Para os agentes naturais do Brasil”, diz ele, “membros de uma elite, não se tratava de sofrer uma dominação, mas de participar num movimento cultural que, por essência, transcendia as realidades locais”⁴³.

O movimento academicista luso-brasileiro formou, portanto, uma rede de letrados ligados em torno de relações de mecenato com o Estado e também sob a forma da sociedade de corte, da valorização dos serviços e dos títulos.. A existência de sociabilidades de corte análogas às Lisboetas explica-se, assim, pela idéia de continuidade das letras, que tentou ignorar o distanciamento geográfico.

2.3 O Academicismo Entre a Teologia, a Retórica e a Política

João Adolfo Hansen coloca em questão os modos como tem sido interpretados os textos dos séculos XVI, XVII e XVIII produzidos na América

⁴¹ SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. **Escrevendo a História do Futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil**. 2010. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 33.

⁴² SOUZA, Laura de Mello e. Op. Cit. p. 98-108.

⁴³ CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Imperial e Projetos Coloniais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 436.

Portuguesa⁴⁴. De acordo com ele, não se pode compreender esses escritos a partir de certo arcabouço conceitual formado após o século XIX. É preciso, portanto, entender que os textos desse período trabalham com imagens metafóricas formadas sob a característica da “agudeza”⁴⁵ e promovidas pela faculdade intelectual do “engenho”⁴⁶.

Sujeito, intencionalmente, individualidade criadora, expressão, autoria, originalidade, plágio, psicologia, público, forma e conteúdo, cultura escrita, classe social, reflexo realista, etc. são categorias utilizadas, via de regra, e que se evidenciam exteriores e anacrônicas, quando se vai aos arquivos, e logo inúteis.⁴⁷

A compreensão dos conceitos correntes no século XVIII e dos aspectos formais da escrita das dissertações históricas se fazem, assim, essenciais para este estudo.

A análise dos Sermões de Antônio Vieira, promovida por Alcir Pécora, demonstrou uma articulação entre os temas políticos e proféticos⁴⁸. Segundo o autor, não se pode pressupor a laicização das relações políticas nesse momento da história de Portugal. Tal situação permanece em princípios do século XVIII e está presente nas concepções sobre a História que circulam entre os eruditos de então. Sendo assim, é preciso considerar que os textos do início do século XVIII na América Portuguesa tinham a política e a teologia enquanto aspectos indissociáveis e expressados por meio da retórica. Hansen explica essa relação a partir da formação das políticas de Estado em Portugal:

Na teologia-política que regula o absolutismo católico, teologemas do Velho e do Novo Testamento aparecem fundidos com enunciados de antigas

⁴⁴ HANSEN, J.A. “Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII”. In: FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo. **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007, p. 253-266; HANSEN, J. A. Barroco, neobarroco e outras ruínas. In: **Floema**. Especial João Adolfo Hansen. Ano II, n. 2 A. p. 15-84. Out. 2006.

⁴⁵ A metáfora, no início do século XVIII, pode ser considerada o fundamento da agudeza, que se caracteriza por ser “um efeito inesperado de sentido que maravilha”. Cf. HANSEN, João Adolfo. **Agudezas Seiscentistas**. In: **Floema**. Especial João Adolfo Hansen. Ano II, n. 2 A. p. 85-109. Out. 2006.

⁴⁶ “A fantasia do engenho implica dois talentos, a perspicácia, faculdade de penetração e discernimento dos conceitos, e a versatilidade, faculdade de transferência e condensação dos elementos conceituais obtidos dialeticamente.” Cf. HANSEN, João Adolfo. **Agudezas Seiscentistas**. In: **Floema**. Especial João Adolfo Hansen. Ano II, n. 2 A. p. 85-109. Out. 2006. p. 94.

⁴⁷ HANSEN, João Adolfo. “Colonial e Barroco”. In: **América - Descoberta ou Invenção**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 348.

⁴⁸ PÉCORA, Alcir. Op. Cit. p. 60.

doutrinas políticas definindo a natureza do poder temporal dos reis segundo o modelo do poder espiritual do papa. Em Portugal, os jesuítas e os dominicanos neo-escolásticos autores e divulgadores desses textos doutrinararam e organizaram a ‘política católica’ da Coroa como ação indissociável da ética cristã, opondo-se enfaticamente a Lutero e Maquiavel, sempre identificados como autores ‘diabólicos’. É no âmbito dessa ‘política católica’ que as noções de ‘educar’, ‘educação’, ‘civilizar’ e ‘civilização’ devem ser definidas, evitando-se a generalização transistórica de sua significação e sentido.⁴⁹

Ainda sobre a natureza do poder real em relação com o poder espiritual da Igreja, é importante lembrar do trabalho de Quentin Skinner. A tradição tomista em Portugal e Espanha, enquanto tentativa de combater a expansão do luteranismo e da visão de Estado proposta por Maquiavel, constituiu uma “teoria da sociedade política secular” baseada na premissa de que as autoridades haviam sido ordenadas por Deus para governar os homens. Estes, por sua natureza decaída, “não podiam ter esperança de compreender a vontade do *Deus Absconditus*.” A defesa da existência de uma lei natural que servisse como guia para vida política participou na formação de um modelo de Estado que integrava o catolicismo e a política secular.⁵⁰

Neste momento cabe, mais uma vez, remetermo-nos ao dicionário de Raphael Bluteau. Sua conceituação de História abrange muitos exemplos e sentidos, entre os quais é de suma importância para nossa discussão o que segue:

(...)história é a narração das cousas memoráveis, que tem acontecido em algum lugar, em certo tempo & com certas pessoas ou naçoens. De todas as Histórias, a mais certa é a da Sagrada Bíblia, como dictada pelo Espírito Divino, deve ser preferida a todas & (segundo advertio S. Agostinho, livro 18. De Civit. Dei, cap. 40) quando em historiadores prophanos achamos cousas contrárias ás que estão na Biblia, havemos de ter por certo que são falsas.⁵¹

A primeira vista, essa consideração parece demonstrar que a história pode possuir uma limitação representada pelos saberes teológicos. Essa hipótese fica enfraquecida, no entanto, quando posta a prova na análise das dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos. Sem dúvida, o texto da Bíblia é considerado verdadeiro e, portanto, é um dos principais instrumentos para compor os argumentos. Por outro lado, ao contrastar os textos da Bíblia com as fontes

⁴⁹ HANSEN, J. A. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cythia G. (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 24.

⁵⁰ SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.p. 414-444

⁵¹ BLUTEAU, Raphael. Op. Cit. v. 4, p. 39.

(mnemônicas ou escritas) da “história brasílica”, os acadêmicos não estão *limitando* suas conclusões ao que é considerado certo pela teologia e sim *participando* da composição dos saberes teológicos. Visto que Igreja e Estado estiveram profundamente ligados e cooperaram em grande escala para a formação das instituições coloniais, a consolidação do status da América Portuguesa nos saberes religiosos também é uma ação de cunho político.

Entre os aspectos retóricos das dissertações históricas, nota-se o desenvolvimento de uma espécie de método crítico. Pedro Silveira, sugerindo que “as dissertações históricas possuem aspectos de tanto o que chamaríamos hoje de crítico-eruditos quanto retórico-persuasivos” enquanto “duas faces de um mesmo procedimento”⁵², não deixa de lembrar que essa forma de crítica não é privilégio da história, mas uma prática comum nas dissertações enquanto gênero literário. A prática da *disputa*⁵³, comum para esse gênero, está relacionada fortemente, no caso das dissertações históricas, com a representação da América Portuguesa por uma elite letrada inserida na cultura do academicismo português.

Em diversos momentos, os textos que analisamos apresentam uma série de hipóteses, que parecem ser os pontos em disputa dentro da narrativa. A listagem e a crítica de cada uma das possibilidades levantadas na literatura precedente são feitas para chegar àquela que seria a hipótese mais correta a respeito do objeto em questão. A retórica, a crítica e a erudição fazem-se, assim, essenciais a uma prática acadêmica ao mesmo tempo de cunho político e teológico.

⁵² SILVEIRA, Pedro Telles da. Notas para o estudo das dissertações históricas setecentistas. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLLO, Helena; ARAUJO, Valdei (org.). **Caderno de Resumos & Anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado**. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. p. 1.

⁵³ “Dissertação é toda aquela disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão: deduz a sua etimologia do freqüentativo *disserto dis sertās* (de quem é nome e derivado) e significa disputar ou declarar com palavras” Cf. GAMA, Luís Siqueira da. *Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil (1724)* Transcrito in: CASTELLO, José Aderaldo. **O Movimento Academicista no Brasil**. Vol I, tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969. p. 13.

3 A REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO

Este capítulo objetiva abordar as espacialidades em sua relação com a escrita da história, tendo em vista a inserção da representação do espaço na operação historiográfica. Serão discutidas, aqui, as formas de descrever, interpretar e utilizar aspectos geográficos na escrita das dissertações históricas pelos letrados inseridos na Academia dos Esquecidos.

3.1 Espaço Natural, Espaço Divino

As representações espaciais envolvidas na escrita das dissertações históricas pela Academia Brasílica dos Esquecidos inserem-se, como já abordado no capítulo anterior, em um contexto caracterizado pela unidade teológico-retórico-política das produções escritas. Interpretar a terra, a natureza e os espaços, nesse momento, envolve um arcabouço de conhecimentos influências bastante diversas daquelas com as quais um pesquisador dos séculos XX e XXI se encontra.

A lógica espacial da modernidade, para Albuquerque Júnior, consiste numa tentativa de apropriação, pela cultura da Europa Ocidental, do mundo⁵⁴. Essa apropriação se dá de múltiplas formas, principalmente por meio da composição dos saberes, para o que os cronistas e acadêmicos têm papel fundamental, e pelo domínio político, com a formação de impérios coloniais.

Para compreender as formas que essa apropriação de que fala Albuquerque Júnior tomou nos textos da Academia Brasílica dos Esquecidos, é importante discutir o conceito de natureza vinculado a essas obras. De acordo com Collingwood, a visão renascentista da natureza a pressupunha como algo já realizado. Essa configuração da natureza só seria alterada no século XIX com a teoria evolucionista, que a coloca em constantes desenvolvimentos processuais⁵⁵. Isso aponta para uma determinada leitura do espaço no início do século XVIII, levando a uma tendência à

⁵⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Bicho Solto: natureza, espaços e história na transição da modernidade para a pós-modernidade. In: **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

⁵⁵ COLLINGWOOD, R. G. **Idea de la Naturaleza**. México: FCE, 2006.

descrição do espaço: o mundo, enquanto produto acabado, deveria ser inventariado pelos intelectuais, a fim de somar os esforços em um grande empreendimento de compreensão e assimilação.

A Academia Brasílica dos Esquecidos insere-se, certamente, nesse empreendimento. O exemplo mais explícito dessa tendência parece dar-se pelas dissertações da história natural, de Caetano de Brito e Figueiredo. A tentativa de descrever e categorizar aves e insetos, que se inicia na sexta dissertação do acadêmico, segue essa proposta. A importância, para os portugueses, de um estudo como este se relaciona estritamente com esse desejo de assimilação⁵⁶. A tarefa de produzir uma descrição da natureza do Brasil é entendida por Caetano de Brito e Figueiredo enquanto um “descobrimento”, assim como o trabalho acadêmico é considerado pelos eruditos setecentistas um “descobrimento pelas letras”.

Fabricar porém a história de um nôvo mundo por cinco mil novecentos e vinte e três anos não conhecido descobrir o que a Natureza produziu numa região tão dilatada, como a do Brasil há duzentos e vinte e quatro anos descoberta, e não de todo penetrada, ainda parece maior ousadia, ainda parece mais agigantada temeridade.⁵⁷

Os textos da Academia dos Esquecidos se localizam em um processo de transformação do conceito de natureza. Ainda não se trata de um momento em que os intelectuais que se dedicam a descrever o mundo tenham por objetivo principal a descoberta de *leis naturais*, mas já se percebe uma visão diferente daquela embasada quase totalmente em um providencialismo. Durval Muniz de Albuquerque Júnior expressa o surgimento da visão moderna de natureza da seguinte maneira:

Para que esta visão moderna da natureza surgisse foi preciso romper-se com a visão do cosmos, construída desde a antiguidade clássica e reforçada no período medieval, que o considerava como uma totalidade fechada e estática, como um todo ordenado e perfeito, instituído e regido pelas forças divinas ou pela Providência. Este cosmos estático não tinha movimento próprio e nem criatividade interna, ele era criatura divina e todo movimento que o comandava vinha de fora dele: eram os anjos ou os enviados do Criador que moviam e criavam qualquer coisa na natureza. Foi com esta concepção de natureza que Galileu e Kepler vieram a romper, instaurando a separação progressiva entre a natureza e a divindade, a natureza e a Providência. A natureza moderna nasce com a percepção de

⁵⁶ A história natural luso-brasileira no século XVIII, desenvolvida brevemente por Caetano de Brito e Figueiredo, pode ser considerada em uma perspectiva mais longa, chegando às expedições filosóficas organizadas pela Universidade de Coimbra e pela Academia Real de Ciências de Lisboa, no final do século XVIII. Quanto a essas expedições, ver RAMINELLI, R. J. **Viagens Ultramarinas; monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

⁵⁷ FIGUEIREDO, Op. Cit. p. 142.

sua autonomia em relação a Deus. A natureza passa a ser uma coisa em si mesma, regida por suas próprias leis, independente da vontade divina ou mesmo da vontade dos homens. Embora ainda sendo pensada como criação divina, a natureza testemunha agora a grandeza e a perfeição do Deus que a criou pela maravilha de seu funcionamento interno, por uma ordem autônoma e que funciona como se fosse um mecanismo ou um sistema que se movimenta por si mesmo.⁵⁸

Os textos da Academia Brasílica dos Esquecidos debatem a relação entre natureza e divindade, inserindo a ação divina nas narrações e discussões com certa frequência. Gonçalo Soares da Franca argumenta, ao tratar de como chegaram os índios à América, sobre as formas como Deus atua sobre o mundo:

E porque não fique nada por dizer na matéria, tenho Autor que diz, não que vieram, mas que poderiam vir os mesmos Índios à América, ou trazidos de Anjos pelos cabelos, (que não quebrariam com facilidade) como foi o Profeta Habacub, ou a seus ombros como se fôssem estrêlas guiadas de angélicas inteligências, e certo que havia de ter que ver um Anjo com um Índio às costas; sem reconhecer êste Autor que Deus nunca obra por modo extraordinário quando, como Autor da natureza, pode obrar pelos meios naturais.⁵⁹

É possível notar, pela análise desse excerto, que começa a delinear-se a ideia de uma natureza autônoma e sistêmica, no entanto, a ação divina permanece presente. Uma vez que a natureza não corresponda à vontade de Deus, este intervém “por modo extraordinário”. É possível notar que o processo de secularização apontado por Albuquerque Júnior apresenta-se em desenvolvimento, no entanto, a providência divina e a interpretação teológica da história permanecem usuais⁶⁰.

Os acadêmicos que estudamos não deixavam, portanto, de vincular política e religião. A justificativa providencialista surge para demonstrar a validade da iniciativa dos lusitanos e para expressar que estes haviam sido eleitos, entre todos os povos,

⁵⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Op. Cit. p. 35-36.

⁵⁹ FRANCA, Gonçalo Soares da. Op. Cit. p. 253.

⁶⁰ Para Íris Kantor, a linguagem providencialista contida na historiografia da Academia dos Esquecidos teria relação com um projeto dessas instituições de afirmar uma “identidade americanista”. Para ela, o providencialismo existente nas obras dos Esquecidos contrasta com as obras da Academia Real de História Portuguesa. No entanto, o uso da noção de *Providência* pelos eruditos lisboetas, ao menos com o intuito de criar uma imagem sagrada do monarca, é apresentado por Mota. Ela demonstra que a Academia Real de História traz uma imagem do rei sob a ótica de que Deus é responsável pela existência do rei em seu lugar de governo. Cf. KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 2004; MOTA, Isabel. **A Academia Real de História**: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Minerva, 2003.

para assumir uma missão divina e civilizadora. Essa visão é expressa de maneira muito clara por Inácio Barbosa Machado:

Reservara-se tantos anos escondida a notícia da América porque o seu descobrimento fosse o glorioso timbre da nossa Monarquia, e tão opulentas Províncias melhor jóia do Império Lusitano. Era este descobrimento remuneração das religiosas façanhas com que os Portugueses derramando o sangue no obséquo da Lei primeira zelaram a causa de Deus que o interesse dos Príncipes.⁶¹

Se a natureza podia ser considerada como obra perfeita e acabada, tendo Deus criado um sistema completo e coerente, não escapam da vontade divina as ações dos homens. A teologia, assim, fundamenta os espaços naturais pela perfeição da obra divina e as ações humanas pela concretização do desejo de Deus.

3.2 Teatro do Mundo, Teatro da História

O Colégio Santo Antão⁶², localizado em Lisboa, possuía uma “Aula de Esfera”. Algumas anotações realizadas durante o andamento dessa disciplina deram origem ao documento intitulado “Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo, 1721”, cuja autoria é atribuída ao padre Diogo Soares, que era lente da instituição. O manuscrito é dividido em atos e cada ato é dividido em cenas⁶³. Essa ideia, do *theatrum mundi*⁶⁴, repercute nos escritos da Academia Brasílica dos Esquecidos. O acadêmico Gonçalo Soares da Franca, por exemplo, descreve desse modo os lugares onde se sucedem os acontecimentos relatados por meio da narração:

⁶¹ MACHADO, Inácio Barbosa. Op. Cit. p. XXXIV, fólho 18 v.

⁶² O Colégio Santo Antão, fundado pelos jesuítas, funcionou entre 1553 e 1759, sendo uma das principais instituições ligadas às ciências de Portugal.

⁶³ OLIVEIRA, Luiza Nascimento de. A Missão do Padre Matemático Diogo Soares ao Brasil. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO. **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro, 2010.

⁶⁴ O “teatro do mundo” é uma metáfora frequente no contexto moderno da Europa, que revela uma forma de representação espacial coerente com as formas de representação política e religiosa. “The metaphor of the *theatrum mundi* is usually understood to have two significant elements. Primarily, it divides a world of ordinary experience in comparison with this more obscured or removed real world. There is considerable variety in how the real and apparent world are defined; the real world is often heaven [...]” Cf. WEST, William N. **Knowledge and Performance in the Early Modern Theatrum Mundi**. *metaphorik.de*. n.14, 2008, p. 1-20. p. 3.

Dividi-la-ei [a história] em três partes. A primeira tratará do descobrimento do Brasil pelo famoso Pedro Álvares Cabral no ano de 1500, e pelo conseguinte da sua descrição, porque sendo êste o teatro do meu assunto, mal se entenderá a farsa se não se delinear o teatro, e esta parte compreenderá a averiguação de quem foram os seus primeiros habitantes; quando, e como a ela passaram, se tinham alguma Luz, ou sombra da Religião Católica, que Lei professavam; se é certo, ou ao menos verossímel que à América viesse S. Tomé, e no caso que viesse, se nela foi ouvida e abraçada a sua doutrina.⁶⁵

Ainda que, no caso dos textos da Academia Brasílica dos Esquecidos, a sucessão das narrações não obedeça à dinâmica dos atos teatrais, a representação do mundo enquanto um teatro se faz presente. Cabe destacar que “*delinear o teatro*” é tarefa anterior ao desenrolar dos eventos, da “*farsa*”. A partir do que expressa Gonçalo Soares da Franca, podemos inferir que os aspectos geográficos, nas dissertações históricas, tinham a função de tornar compreensível o que ali se passava⁶⁶. As relações sócio-políticas que compõem os espaços seriam inseridos posteriormente, em uma etapa que incluísse a narração e discussão dos aspectos humanos. Ressalta-se, assim, o inicial distanciamento, na composição da história, entre características humanas e características do meio. Cabe lembrar que essas características humanas, no entanto, tratam do homem dito “civilizado”. O indígena, por outro lado, surge associado às representações da natureza, por ser considerado primitivo e selvagem⁶⁷.

Ainda mais duas partes⁶⁸ da história surgem na divisão proposta pelo acadêmico:

⁶⁵ FRANCA, Gonçalo Soares da. Op. Cit. p. 228.

⁶⁶ É importante notar que, por uma questão de gênero literário, as dissertações não podiam conter gravuras, mapas ou tabelas. Tal informação é apresentada pelo acadêmico Caetano de Brito e Figueiredo: “confesso que com o socorro da pintura, com o benefício de qualquer Mapa, ou pequeno Globo, a mim fôra mais fácil, a vós, ó Senhores Acadêmicos, mais perceptível o conhecimento desta quarta, e grande parte do mundo, de que hoje hei de tratar. Sendo que como a minha incumbência se restringe a dissertar academicamente sôbre a História Natural Brasílica, e não se dilata aos rasgos da pintura; discorrer e não debuxar.” Cf. FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. Op. Cit. p. 147.

⁶⁷ Quanto ao papel em que se coloca o índio nessa natureza, Pedro Telles da Silveira argumenta: “o indígena vem a ocupar um lugar pré-determinado, como entrecruzamento de discursos político-teológicos já existentes, quando não é o lugar no qual estes discursos não podem se situar. A linguagem política portuguesa e católica constrói o espaço de sua habitação, numa operação paradoxal em que sua valorização como humano é feita ao mesmo tempo de sua desvalorização como errado [...]” Cf. SILVEIRA, Pedro Telles. “**Brutescos rascunhos da humana natureza**”: a construção dos indígenas nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-25). 2009. Monografia (licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p. 35.

⁶⁸ Das três partes da história proposta por Gonçalo Soares da Franca, conhece-se o texto apenas da primeira, disposta em 5 dissertações e das três primeiras dissertações da segunda parte, aparentemente incompleta. As outras partes ficaram perdidas ou inconclusas.

A segunda parte mostrará quais foram os principais cultores desta vinha; quando se fundaram as Igrejas Paroquiais, que hoje existem, e as religiões, que agora permanecem, descrevendo, ainda que sucinta, topograficamente os Lugares, e situações de suas Igrejas, ou por emendar o escrito, ou por noticiar o que se não escreveu; o número de Vigários, e rendas das vigairarias; qual e quando foi o fruto espiritual que produziram as missões; que se fizeram e as Aldeias que se fundaram; e nesta parte se incluirá a vida dos Bispos, que depois passaram a Arcebispos na Bahia. A terceira e última dirá o número e qualidade dos Mártires, que pela fé acabaram, e dos Varões Ilustres, que em Santidade e Letras floresceram, concluindo-a com os estupendos milagres, que se viram, deixados porém na pia credulidade dos fiéis, porque sem a aprovação da Igreja não lhes devemos mais fé, que aquela, que lhe atribuem os decretos de Urbano VIII, uma vez feitos, e outra modificados.⁶⁹

Percebe-se que tomam forma, nas dissertações históricas, dois momentos principais da configuração espacial da América Portuguesa. O primeiro data do momento da chegada dos lusitanos, estando a ele relacionados o barbarismo dos indígenas, à natureza edênica e aos espaços ainda por conquistar. Em um segundo momento, as obras apresentam uma configuração espacial diversa, em que se numeram as produções e contribuições de cada terra para o império, em que se discute o aldeamento dos índios e em que se glorificam as ações portuguesas na América.

O “cenário” pode, então, ser considerado enquanto veiculador de discursos. Thiago Ferreira da Silva aproxima a noção de cenário à de paisagem, relacionando o discurso do espetáculo ao discurso político. Enquanto um engloba significações espaciais introduzidas pelo trabalho do cenógrafo, o outro pode incluir os significados sociais da paisagem⁷⁰. “Delinear o teatro”, portanto, é construir uma paisagem⁷¹, utilizando-se de seus significados, participando da transformação de representações sociais e preparando o público para a recepção da narração que segue essa descrição.

⁶⁹ FRANCA, Gonçalo Soares da. Op. Cit. p. 228.

⁷⁰ SILVA, Thiago Rocha Ferreira da. “Se não são ilusões, estamos num teatro”: a possibilidade da paisagem como cenário. In: **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, n. 25, p.97-108, jan/jun de 2009. p. 101.

⁷¹ Milton Santos define a categoria de análise geográfica “paisagem” enquanto um retrato, baseado na percepção humana de um determinado lugar. A paisagem descrita por cada pessoa é diferente, sendo relevantes para um indivíduo aspectos que podem não ser para outro. Cf. SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 21-22.

3.3 Espacialidade e Temporalidade

Em Portugal, o conhecimento sobre o espaço estava marcado pelo domínio da cosmografia⁷², forma de saber que “não visava em nenhum caso a explicação dos fenômenos que eram pelo contrário descritos na sua forma mais detalhada, com base em noções que se pretendiam claras”⁷³. Ao contrário da corografia, que se baseava na descrição minuciosa das regiões e de seu passado, o conhecimento cosmográfico preocupa-se com previsões do que vai ser “descoberto” no futuro⁷⁴.

A tradição em torno da cosmografia parece surtir efeitos nas descrições dos lugares e regiões que empreendem, majoritariamente, os eruditos da Academia Brasílica dos Esquecidos. A valorização das experiências, as menções aos lugares ainda não alcançados pelos portugueses e aos “dilatados espaços” de que é composta a América Portuguesa remetem a tal forma de saber. A descrição das regiões dificilmente é muito detalhada e os aspectos do passado só são narrados ligados diretamente à descrição do lugar onde ocorreram caso isso seja necessário para dar força à argumentação. Em linhas gerais, as dissertações históricas preocupam-se em delinear alguns traços naturais e geográficos do Brasil preocupando-se com a configuração presente dos lugares e não com todas as histórias que se conta de cada um deles.

O termo mais utilizado pelos acadêmicos não é, no entanto, *cosmografia*. Eles apóiam-se, normalmente, no conceito *geografia* para definir o tipo de descrição que fazem. O dicionário de Raphael Bluteau, mais uma vez, ajuda a resolver esse problema:

Cosmographia é o mesmo que descrição do mundo. Na cosmographia se compreende a Astronomia, que descreve os Astros, & Globos celestes, a Hydrographia, que descreve os mares, os rios, & outras particularidades do

⁷² A cosmografia, também conhecida como Geografia Universal, era bastante difundida na sociedade da época do Renascimento. O conhecimento cosmográfico baseia-se nos movimentos dos astros para propor divisões ao mundo. Essa forma de conhecimento “manipula, à sua vontade, as fronteiras naturais que são os rios e as montanhas; dispõe do futuro dos povos, dos quais fixa as migrações e as fronteiras; remodela, se for o caso a estrutura dos continentes e controla a calculada deriva dos arquipélagos.” Cf. LESTRINGANT, Frank. **A Oficina do Cosmógrafo ou a Imagem do Mundo no Renascimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 21.

⁷³ COUTINHO, Ana-Sofia de Almeida. Op. Cit. p. 44-45.

⁷⁴ LESTRINGANT, Frank. Op. Cit.

elemento da agoa, & a Geographia, que descreve as terras, Províncias, Reynos, & Impérios da terra.⁷⁵

Sendo assim, fica claro que, ainda que aspectos da astronomia e da hidrografia sejam pertinentes e surjam nas descrições, o enfoque dos acadêmicos está em descrever uma parte do Império Português, sendo portanto essa descrição fundamentalmente geográfica, nos conceitos setecentistas.

Ainda que geralmente se opte pela cosmografia para compor as descrições do globo, a corografia também surge como influência. O acadêmico Inácio Barbosa Machado escreveu sua “Dissertação 4ª da Guerra Brasília Em que Geográfica e Corograficamente se descreve o Brasil, segundo suas quatorze Capitánias”. Tal opção é explicada pelo mesmo erudito:

Era preciso mostrar o teatro em que obramos aquelas maravilhas do esforço, e o prodígios da fidelidade, para que lendo-se a situação das Campanhas, a força dos lugares, e a Capacidade dos Portos, e defensível das Paisagens entende-se o mando, que ao nosso ardor militar supriu o coração dos Soldados, e não benefício dos postos e que a Constância dos sítios que sustentamos cobrou o sofrimento dos ânimos sem o reparo das fortificações por esta causa não falarei tanto das propriedades naturais dos seus Países, e dos costumes de seus Povos porque além de ser emprego de outros mais sólidos engenhos, e claríssimos Mestres dessa Excelentíssima e Nobilíssima Academia, não toca ao intuito desta nossa obra, nem o permitem as rigorosas leis do método das nossas Dissertações da Guerra Brasília.⁷⁶

A corografia é descrita por Bluteau da seguinte maneira:

Descrição de qualquer lugar, pays ou Região particular, & nisto difere Corographia de Geografia, que assim como a pintura de hum homem, com todas as partes, & proporçoens de membros, he diferente da pintura de um braço somente, ou de qualquer outra parte separada; assim a Geographia he como uma pintura de toda a terra com suas partes, & demarcaçoens, & a Corographia trata somente de alguma terra em particular, sem ordem nem respeito, às outras, empregandose mais nos accidentes, & qualidades da terra, como são portos, quintas, edifícios, muros, &c que na quantidade, a qual principalmente considera a Geographia.⁷⁷

A opção pela corografia apoiada por alguma descrição geográfica seria, então, mais condizente com a história voltada aos assuntos militares, uma vez que esta tratava de guerras localizadas em regiões específicas, sendo necessário para sua compreensão um detalhamento maior das influências da geografia nas questões

⁷⁵ BLUTEAU, Raphael. Op. Cit. v. 2. p. 583.

⁷⁶ MACHADO, Inácio Barbosa. Op. Cit. p CI-CII, folios 52v-53.

⁷⁷ BLUTEAU, Raphael. Op. Cit. v. 2. p. 556.

propriamente militares. À história eclesiástica, natural e política, por outro lado, caberia localizar a América Portuguesa em relação às outras partes do mundo, além de individuar seus climas, astros e os efeitos destes nas populações, por exemplo.

Uma vez que Inácio Barbosa Machado tenha optado por outra forma de descrever o espaço, o enfoque dado à relação entre espacialidade e temporalidade é outro, em sua obra, quando comparada com a dos outros três lentes da Academia. A forma de tratar das regiões ainda desconhecidas surge, em Machado, muito mais ligada ao providencialismo que às explorações e às possibilidades de utilizar as características naturais atribuídas à América, como é o caso das outras dissertações. Enquanto em Figueiredo, Franca e Gama se percebe uma ideia de futuro mais voltada para o conhecimento da América Portuguesa pela ação humana, em Machado o enfoque está naquilo que ainda seria revelado pela Providência:

Quanto mais dura a vida, se prolongam os tempos, mais se descobre, mais se conhece, mais se averigua, e muito mais na inteligência destas Profecias, em que devemos supor, que por Mistérios da Providência esteve muitos séculos fechada ao conhecimento dos homens. Não é proposição do meu juízo é dogma de São Pedro escrevendo aos Hebreus. Afirma o Santo Apóstolo que acomodou a Eterna Sabedoria aos Séculos repartindo-os conforme os decretos de sua palavra para que as coisas invisíveis se fizessem visíveis.⁷⁸

Essa visão profética do passado, vinculada por Inácio Barbosa Machado à experiência dos descobrimentos pelos portugueses, parte da premissa de que Portugal estava destinado a ser sujeito da revelação de um mistério da Providência. O futuro se abriria, então, a partir de novas revelações⁷⁹.

3.4 Particular e Universal

As concepções de espaço e tempo se encontram, mais uma vez, imbricadas nas dissertações históricas, ao tratarmos dos conceitos de *particular* e de *universal*.

⁷⁸ MACHADO, Inácio Barbosa. Op. Cit. p. LV, folio 29v.

⁷⁹ Isso não quer dizer que Machado tenha uma visão incoerente com a dos outros acadêmicos. Aqueles que adotaram as descrições cosmográficas também tratavam dos descobrimentos a partir do providencialismo. Para estes, o enfoque na experiência e na exploração, no entanto, é mais presente, uma vez que trabalharam com um grau maior de generalização acerca dos espaços e de suas características.

A diferenciação entre História Particular e História Universal obedece, no século XVIII, a uma cronologia pré-concebida. Trata-se de saberes religiosos, pautados nos textos da bíblia e nas interpretações mais coerentes com a Igreja Católica. Não obstante, a inserção da América e dos ameríndios no espaço e no tempo cristão era uma tarefa que exigia o uso de métodos de argumentação, crítica e pesquisa⁸⁰.

A historiografia escrita pela Academia Brasílica dos Esquecidos nasce com uma marca do “particular”, dentro de um projeto de uma história universalizante do Império Português. A localização da história do Novo Mundo na historiografia universal passava, então, pela definição do que é o continente americano, quem são seus habitantes e que relação eles tem com a civilização européia.

Essa situação fica mais clara a partir da leitura da primeira dissertação do acadêmico Luís Siqueira da Gama. Diz ele:

Divide-se a História em muitos membros, a saber universal e particular, a história universal trata v. e. de todo o mundo, de todo o Estado; a particular escreve de alguma Cidade, de algum Reino determinadamente em indivíduo: subdivide-se a História em Eclesiástica, secular, militar e natural.⁸¹

A partir da leitura desse trecho, podemos inferir que, nesse momento do academicismo luso-brasileiro, a história escrita pela Academia Real de História Portuguesa poderia ser considerada universal, por tratar de todo um Império, enquanto a “história brasílica” seria considerada particular, por tratar de uma parte dele.

Nas dissertações de Caetano de Brito e Figueiredo, coloca-se um objetivo:

⁸⁰ O “método crítico” aqui abordado, certamente difere daquele apontado por grande parte das histórias da historiografia (Ver, por exemplo, POMIAN, Krzysztof. **Sobre la historia**. Madrid: Cátedra, 2007). A crítica erudita nos meios intelectuais da América Portuguesa teve um desenvolvimento certamente diverso daquele encontrado nas academias européias mais conhecidas, tendo em vista a permanência, em princípios do século XVIII de uma noção de verdade ainda muito mais ligada à religiosidade que à secularização das ciências. Essa forma de conhecimento, que condizia com as estruturas sócio-políticas de então, tinha na união entre teologia, retórica e política o embasamento para a pesquisa, para a crítica e para a escrita. Íris Kantor relaciona o método crítico das academias setecentistas com a diferença entre memória e história nessa época. A escrita de *memórias*, na Academia Real de História, envolvia a crítica documental e a coleção das informações importantes para a posterior escrita da *história*, que demonstraria em seu texto não as discussões, mas os veredictos. Cf. KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 2004. p. 76-78.

⁸¹ GAMA, Luís Siqueira da. Op. Cit. p. 21.

Descrever êste todo, individuar estas partes, decifrar êstes enigmas da Providência, e descobrir êstes Segredos da Natureza, temeridade ainda é maior que a dos Gigantes, quando arrancando penhascos, e acumulando montes intentaram escalar ao mesmo Olimpo; ousadia é com todo o excesso mais adiantada que a de Prometeu no exacrando roubo da celeste luz, para animar a engenhosa, e humana fábrica.
Mas que coisa há sido dificultosa ao espírito dos homens?⁸²

Mais uma vez, a natureza se mostra enquanto uma obra conclusa, pronta para ser desvendada. A descrição do todo e individuação das partes seria, portanto, o caminho para a descoberta desses “segredos”. A natureza, assim como a história, tem algumas características universais e outras particulares de cada região ou local. No entanto, quando se trata da natureza, não encontramos características classificadas como “universais” por pertencerem a todo o Império Português. O que se deseja provar, ao contrário, é que toda a diversidade encontrada nos domínios de Portugal serve a um mesmo Rei.

São frequentes as tentativas de demonstrar a importância do Brasil para a coroa portuguesa, no sentido de apontar a quantidade e a qualidade dos recursos naturais que ainda restam por ser explorados, assim como de mensurar as contribuições com a produção do Império que partem da América. A particularização do Brasil entra, nessa argumentação, a fim de demonstrar que

Tem em si, e produz a América o mais raro, útil, e precioso que a Natureza espalhou por diversas Regiões do Universo, e além destas, muitas, e particulares excelências, de que as outras Regiões não gozam nem participam.⁸³

A demonstração da capacidade da América em auxiliar o Império Português parece fazer parte de uma retórica que visa valorizar essa parte do Império, a fim de abrir mais oportunidades para os súditos que viviam no ultramar. Todos os acadêmicos tratam, em seus textos, dos produtos e das contribuições da América de forma semelhante.

Era necessário, no entanto, inserir o particular dentro de uma temporalidade e de uma cronologia relacionada com o universal. Essa cronologia é, antes de tudo, a cronologia expressa pela Bíblia. Sendo esta uma fonte sobre a qual não cabia a dúvida, era preciso refutar qualquer argumento contrário ao que ali estava escrito.

⁸² FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. Op. Cit. p. 141.

⁸³ Ibid. p. 153.

Ao comentar uma hipótese de um índio ter sobrevivido ao dilúvio, Gonçalo Soares da Franca conclui:

tudo isto são patranhas, porque contra tôdas estas fábulas está a verdade infalível do texto sagrado, que nos ensina que do dilúvio só escapou Noé com oito pessoas da sua família. Por isso afirmam os Autores alegados que o dilúvio, de que falam os referidos Índios, não foi o universal, mas algum particular como o de Deucalião.⁸⁴

Uma vez que as histórias particulares organizam-se de maneira que formem uma conexão com os eventos considerados universais, podemos considerar a História Universal, antes de tudo, enquanto um referencial da verdade nas histórias locais. As particularizações ou universalizações dos acontecimentos são, portanto, pautadas pela necessidade de ligar os fatos narrados ou discutidos nas dissertações históricas com aqueles apresentados pelo texto bíblico.

O outro marco cronológico para a história brasileira corresponde à história de Portugal. Visto que a história da América Portuguesa se trata de uma “história particular”, inserida na História de Portugal, por sua vez “universal”, a estrutura temporal dessa história particular parece obedecer a uma ordem cronológica estabelecida pela outra.

A “história universal”, para o projeto da Academia Real de História Portuguesa e da Academia Brasileira dos Esquecidos, procura excluir de sua abrangência a história dos povos afastados dos interesses e do contato mais direto com os Europeus. Trata-se de uma história de embasamento católico, excludente dos povos que assumem outras crenças, exceto no caso de serem alvo de conversão, como alguns ameríndios. É, também, entendida enquanto a história do Império Português. A “história local”, por sua vez, caracteriza-se como parte dessa história. Ao mesmo tempo em que se podia definir a América Portuguesa por aquilo que ela tinha de semelhante ao todo de que era parte, era possível definir suas particularidades.

Os benefícios e feitos, e influências destas [meridionais] Constelações, dêstes Planêtas, e dêstes Céus se manifestam evidentemente na bondade dos Ares, na variedade dos tempos, na suavidade, e temperamento dos Climas, na abundância de tudo o que gera, e produz a natureza, e nos copiosos minerais, que em si reconcentra, e liberalmente franqueia o Brasil, sem falar no que como causas segundas influem nos homens, movendo-lhes os ânimos já para as Letras, já para as Armas, já para o Comércio, já para outros exercícios menos generosos, e pròpriamente terrestres, e

⁸⁴ FRANCA, Gonçalo Soares da. Op. Cit. p. 250.

grosseiros, que a experiência como pudor conhece e a modéstia com decência cala.⁸⁵

Dentro do projeto da História Universal portuguesa, o trabalho descritivo em escala reduzida empreendido pela história particular tratava de demonstrar a diversidade existente dentro de um sistema em maior escala. Essa diversidade, na argumentação dos Esquecidos, conferia riqueza e poder para Portugal.

⁸⁵ FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. Op. Cit. p. 185.

4 A DISPUTA DE ARGUMENTOS SOBRE O “TEATRO DA HISTÓRIA”

*All the world's a stage,
And all the men and women merely players.*

*William Shakespeare
As You Like It, II. VII. 139-140.*

Este capítulo abordará os sentidos atribuídos ao espaço geográfico em sua relação com a escrita das dissertações históricas pela Academia Brasílica dos Esquecidos. serão estabelecidas, em especial, as relações entre as composições sobre o espaço inseridas nessas dissertações e as práticas sócio-políticas do século XVIII luso-brasileiro. Em um primeiro momento, cabe discutir as formas de veiculação dos argumentos disputados nas dissertações históricas, para então tratarmos das maneiras como se representava o espaço e dos sentidos vinculados a essas representações.

4.1 Dissertação, História e Disputa

A composição de memórias, nos projetos da Academia Real de História Portuguesa, é anterior à produção da história propriamente dita. A escrita das memórias se caracteriza pela união dos materiais, escolha e discussão dos fatos. A história, por sua vez, é escrita juntando essas memórias em um texto narrativo, que se abstém das análises críticas próprias das memórias e discorre sobre certezas⁸⁶. *“Dos propriamente historiadores é só obrigação narrar, e apenas refletir, sem a pretensão de questionar”*⁸⁷.

As dissertações históricas escritas pela Academia Brasílica dos Esquecidos têm sua participação nesse projeto enquanto uma forma de crítica erudita⁸⁸. Os

⁸⁶ CAJUEIRO, Renato Luiz Bacellar. **Letrados d’El Rey**: os conselhos da história e o poder real em Portugal na primeira metade do século XVIII. 2007. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁸⁷ FRANCA, Gonçalo Soares da. Op. Cit. p. 225.

⁸⁸ A dissertação pode ser entendida como um “mecanismo de comprovação histórica, uma prática erudita de administração de provas que servirão, posteriormente, para escrita de uma ‘história

assuntos controversos discutidos são elaborados com a finalidade de poderem compor, um dia, a História de Portugal. Luís Siqueira da Gama define o que é uma dissertação e quais seus objetivos:

Dissertação se diz toda aquela disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão: deduz a sua etimologia do freqüentativo *disserto dis sertas* (de quem é nome e derivado) e significa disputar ou declarar com palavras; este Val o mesmo que o verbo *dissero*, que segundo o *Léxico de Uveterano*, quer dizer; e exprimir clara e especialmente a sentença de cada um; *Dissere nihil aliud est quam clare et specialiter sententiam suam exprimere.*⁸⁹

A dissertação, portanto, prevê que existem argumentos a serem contrapostos quanto a um objeto. As hipóteses, quando comparadas, levam a um juízo sobre o que é mais verossímil, que “exprime a sentença” do orador. A dissertação é estruturada enquanto “um procedimento de produção da verdade sobre temas ainda em disputa”⁹⁰. Propor as dúvidas, considerar as respostas, formar as instâncias e discorrer as distensões seriam os métodos de chegar a essa opinião mais acertada:

Tem por matéria a dissertação, tôda a que foi ou possa ser disputável, por objeto, tem a opinião melhor, para fim averiguação da verdade: para conhecimento da que se propõem as dúvidas, se consideram as respostas, se formam as instâncias, e discorrem as distensões.⁹¹

A ligação da história com a política é ressaltada pelo mesmo acadêmico. O caráter pedagógico e exemplar da história, considerada “vida da lembrança” e “mestra da vida”⁹², parece ser fundamental para a aplicação nas atividades de política interna e externa, legitimando as ações políticas pelas experiências:

verídica”. Cf. NICOLAZZI, Fernando. Entre “letras & armas”, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII. In: **Almanack Brasiliense**. São Paulo, nº 11, p. 40-51, mai. 2010. P. 47.

⁸⁹ GAMA, Luís Siqueira da. Op. Cit. p. 13

⁹⁰ NICOLAZZI, Fernando. Op. Cit. p. 45.

⁹¹ GAMA, Luís Siqueira da. Op. Cit. p. 24.

⁹² O topos *historia magistra vitae*, que pode ser percebido nessa colocação, corresponde à influência da antiguidade clássica. De acordo com Reinhart Koselleck, ele permaneceu hegemônico até o final do século XVIII. Essa forma de pensar a história, no entanto, passa por modificações correspondentes à cultura de cada época e lugar. Na América Portuguesa de 1724, essa posição em relação com a história parece encontrar-se vinculada à cultura religiosa, podendo assumir traços do que François Hartog denominou “regime cristão de historicidade”. Ainda é necessário um estudo mais focado nesse ponto. Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006; HARTOG, François. **Régimes d'historicité, Présentisme et expériences du temps**. Paris, Seuil, 2003.

Grande é a semelhança que tem a política com a história, muita é a utilidade que a história tributa magnificamente à política; é a história verdadeira narração das coisas passadas, e para a política poder exercitar o seu fim, e cumprir com o seu objeto, não podia ter mais eficaz meio do que a verdade da história, como vida que é da lembrança e mestra da vida.⁹³

A dissertação, que pode ser considerada “uma modalidade de disputa pelo passado”⁹⁴, constrói, portanto, argumentos e exemplos a serem utilizados pela política. Por outro lado, esses textos também valorizam atuações passadas, legitimando as instituições e governantes. Thaíse Silva, referindo-se à Academia Real de História Portuguesa, conclui que o fomento da instituição pelo rei

criou um espaço legítimo e circunscrito de controle de tradições narrativas que serviam à memória do reino na construção da soberania do monarca. O plano historiográfico formulado pelos clérigos e nobres que tomaram parte da associação operou uma importante transformação da memória, criando, pela escrita historiográfica, mecanismos para cercear, de um lado, a tradição restauracionista que atribuía ao povo a origem da soberania monárquica e, de outro, ao clero que atua nos púlpitos fomentando leituras diversas da relação entre o poder do rei e a vontade de Deus.⁹⁵

Inserida nesse mesmo projeto, a Academia Brasílica dos Esquecidos, que, cabe lembrar, também recebeu apoio do Estado, objetivou o pensamento político e religioso da América Portuguesa. Veiculando discursos favoráveis ao monarca estabelecido e ao modelo de monarquia mais adequado às necessidades dos governantes, os eruditos brasílicos estabeleceram-se como homens a serviço da coroa⁹⁶.

4.2 Antigos e Modernos

Os eruditos luso-brasileiros do século XVIII passavam por um momento de transição entre formas de pensar as ciências, o homem, o tempo e o mundo. Tendo

⁹³ GAMA, Luís Siqueira da. Op. Cit. p. 27.

⁹⁴ NICOLLAZI, Fernando. Op. Cit. p. 51.

⁹⁵ SILVA, Thaíse. Poder e *episteme* na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real de História Portuguesa (1720-1721). In: **História da historiografia**. Ouro Preto, nº 3, setembro de 2009, p. 209.

⁹⁶ A publicação de memórias e panegíricos é vista, por Íris Kantor, enquanto uma estratégia de propaganda incorporada pela atividade acadêmica, associada a uma expectativa de retribuição da mercê régia. Cf. KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 2004. p. 98.

a descoberta da América causado profundas transformações nos modos de pensar da sociedade europeia⁹⁷, os desdobramentos desse choque com culturas e espaços até então desconhecidos provocou mudanças e ressignificações sucessivas, em um processo que se manteve por um longo período. Cerca de quatro décadas antes da fundação da Academia Brasileira dos Esquecidos, era a Académie Française que estava em alvoroço. A querela dos antigos e modernos, formalmente iniciada em 1687, pode ser considerada como um ponto de mudança no pensamento ocidental⁹⁸.

Em 1724, os Esquecidos traziam aos seus escritos a questão da diferença entre os conhecimentos dos antigos e dos modernos:

Os antigos não conhecendo as Terras Antárticas, nem tampouco as em que para o Norte, ficavam além do Mar Báltico; sòmente calcularam sete [climas] para a parte Setentrional(...).
Ilustrados porém os Geógrafos modernos com repetidas experiências, numeraram-nos muito diversamente; porque os principiaram a contar da Linha Equinocial até os círculos Polares, onde finalizam as Zonas temperadas, dividindo esta espaçosa Latitude em vinte e quatro.⁹⁹

Os conhecimentos dos antigos são frequentemente utilizados como exemplos nas obras, podendo ser considerados como argumentos de autoridade e de erudição para os acadêmicos. Não obstante, em alguns momentos percebemos o surgimento de modos diversos de pensar os conhecimentos e seus usos. No alvorecer do movimento academicista no Brasil os antigos já não eram a única fonte de autoridade científica, ainda que servissem como exemplos e modelos. A experiência¹⁰⁰ de ter vivido nos trópicos, por exemplo, é mais valorizada que a especulação ou a dedução sobre esta parte do mundo:

como destes Autores uns não conheceram a primeira causa, e outros não alcançaram quanto com testemunhas irrefragáveis tem comprovado a

⁹⁷ Ver, quanto a isso, TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010; PAGDEN, Anthony. **The Fall of Natural Man**: The American Indian and the origins of comparative ethnology. Cambridge University Press, 1982.

⁹⁸ DEJEAN, Joan. **Antigos contra Modernos**: As guerras culturais e a construção de um fim de siècle. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 76-87.

⁹⁹ FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. Op. Cit. p. 188.

¹⁰⁰ Os conhecimentos técnico-científicos que contribuíram para a cartografia e para náutica portuguesa podem estar relacionados com a valorização da experiência sobre a especulação. Os desenvolvimentos desses saberes consolidaram uma base de informações e critérios de autoridade capazes de superar os modelos mais tradicionais de pensamento. Cf. POLÓNIA, Amélia. Arte, técnica e ciência náutica no Portugal Moderno: Contributos da “sabedoria dos descobrimentos” para a ciência europeia. In: **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, III Série, vol. 6, 2005, p. 9-20.

experiência: asseveraram temerariamente alguns ser esta Zona tórrida inabitável, êstes mares inavegáveis, não haver Antípodas, e ser também êste Hemisfério tão pobre, e indigente, que nem de seu possuía êsse celeste luminoso Pavilhão, que a todos cobre; com outras semelhantes fantasias, e quimeras, as quais se a reverente veneração, devida à antiguidade, não chama ignorâncias, a sempre douta experiência dá a conhecer por delírios.¹⁰¹

A representação da natureza por Caetano de Brito e Figueiredo insere-se num campo de debates em aberto, para o qual ele contribui com a criação de um modo de representar “*o que a Natureza produziu numa região tão dilatada, como a do Brasil*”¹⁰². Essa representação tem a intenção de dialogar com saberes constituídos por aqueles que habitam a América Portuguesa e, especialmente, por aqueles que se relacionam politicamente com este continente sem, contudo, habitá-lo¹⁰³. Percebemos, na perspectiva de Serge Moscovici, as representações propostas por um erudito dialogando com um todo social a fim de promover a criação de novos sentidos¹⁰⁴. Se a opção pelos modernos em favor dos antigos pode ser vista como uma imposição da época e lugar em que se formou a Academia dos Esquecidos, as formas de representar o mundo partem de escolhas muito mais complexas.

4.3 América Portuguesa, Nova Lusitânia Ocidental

As academias eruditas tiveram importante papel na consolidação e na manutenção dos domínios imperiais, tanto no plano da macro-política quanto no trato com a memória coletiva e com as subjetividades. A descrição espacial cumpre as metas de uma retórica voltada para a política, mas também condiz com o lugar ocupado pelos acadêmicos dentro de uma sociedade já enraizada no Novo Mundo, dialogando com representações coletivas sobre o espaço habitado. A macro-política não pode ser vista, portanto, enquanto o único fator de definição das descrições do espaço nessa historiografia.

¹⁰¹ FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. Op. Cit. p. 142

¹⁰² Idem.

¹⁰³ O saber dos antigos também se encontra relacionado a todo um imaginário formado em torno da América. Essa “geografia imaginária” está bem desenvolvida por SOUZA, Laura de Melo e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 33-47.

¹⁰⁴ MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

A categoria “América Portuguesa”, inserida nas dissertações históricas, coaduna questões quanto à macro-política e quanto à vida social no Brasil setecentista. Nos textos da Academia dos Esquecidos, a existência, ao menos aparente, de uma unidade regional que pode ser designada sob esse nome deve ser pensada com cuidado, uma vez que é recorrente, na historiografia que trata do Império Português, a questão da falta de continuidade territorial e das dificuldades de contato entre núcleos habitados¹⁰⁵.

As descrições geográficas baseadas na cosmografia¹⁰⁶ ampliam essa impressão de unidade nas obras setecentistas, visto que tratam basicamente de latitudes, longitudes e descrições generalizadas, evitando quase sempre a abordagem das características mais específicas de cada região ou parte do território do qual se fala. A prosa dos eruditos que compunham as dissertações históricas passa a impressão de que a natureza, o relevo e a hidrografia da América Portuguesa não eram empecilhos para a preservação da unidade do território em torno de uma mesma coroa.

Maria Luiza Andrezza¹⁰⁷ discute a questão de uma possível ideia de unidade territorial vinculada à obra de Sebastião da Rocha Pita, pelo uso do conceito “América Portuguesa”. Para tal, ela parte da ótica da historiografia recente e da discussão de conceitos práticos jurídicos correntes no século XVIII. Andrezza explica que “o vocábulo fronteira ainda não se associava plenamente à idéia de limite entre unidades políticas; articulava-se mais aos pontos de tributação no interior dos territórios dominados”¹⁰⁸. A relação do Rei com as terras do Brasil, se pensada a partir das concepções do Direito Comum, definia o império como “*dominium* de povos dispersos em locais descontínuos”¹⁰⁹.

As considerações de Andrezza abrem possibilidades para interpretar os conceitos políticos e de organização social da América Portuguesa Setecentista.

¹⁰⁵ Ver, por exemplo, BOXER, Charles. **O Império Colonial Português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 1969; HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português. IN: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVEIA, M. de F. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁰⁶ Conforme discutido no capítulo 3.

¹⁰⁷ ANDREAZZA, Maria Luiza. *Dominium, Terras e Vassalagem na América Portuguesa de Sebastião da Rocha Pita*. In: SEMINÁRIO FACETAS DO IMPÉRIO NA HISTÓRIA. **Anais do Seminário Facetas do Império na História**. Curitiba: UFPR, 2006.

¹⁰⁸ *Ibid.* p. 6.

¹⁰⁹ *Idem.*

Essa abordagem pode ser enriquecida, no entanto, se pensarmos no uso da retórica pelos acadêmicos. Esta não pode ser vista apenas como um guia para os aspectos formais das obras, mas como uma ferramenta do diálogo do erudito com seu público, estando inseridos em um tempo e um lugar.¹¹⁰ Se por um lado os Esquecidos lidavam com uma “concepção de pertencimento político” que “acolhia a descontinuidade territorial”¹¹¹, por outro também é possível pensar que tiveram a intenção de causar uma impressão de unidade, de aumentar, na obra, o poder do vice-rei e de outros administradores e de amplificar os efeitos da empresa “civilizadora” portuguesa, por exemplo. Essas formas de discurso político e retórico, adequadas a uma sociedade de Antigo Regime, parecem estar coadunadas.

São frequentes as menções, nas dissertações históricas, à vastidão do Brasil, do que ainda há para conhecer e conquistar e da riqueza da natureza da América. Vejamos a descrição do Brasil feita por Gonçalo Soares da Franca:

Da América pois é ilustre porção o Brasil, que jaz da Equinocial para o Sul, porisso dita esta Meridional, para diferença da outra, que se estende para o Norte. Começa no incompetível Rio das Amazonas, onde principia o Pólo Ártico, e se vai alargando pelo sertão, até aparecer outra vez na foz do Rio da Prata, e ainda além dêle na Baía de São Matias cento e setenta léguas, que se terminam na ponta dita do Marco, pelo que ali se fixou pela coroa de Portugal, onde faz termo em quarenta e cinco graus, pouco mais ou menos, distante da altura do Pólo Antártico. De costa que pelo Norte, e pelo oriente, respectivamente falando, banham as águas do Oceano; segundo a menos liberal opinião, conta mil e cinqüenta léguas possuídas, mas são em maior número as demarcadas, tendo por balizas da mesma sorte, da parte do Sul o referido Rio da Prata, e da parte do Norte o já mencionado das Amazonas. No seu diâmetro também não há ponto fixo; porque já pela diferente formatura da terra, já pela meada, que ocasionou a linha mental, com que se dividiram o nosso Monarca Dom João o Segundo e Dom Fernando, e Dona Isabel Reis Católicos de Espanha, quem mais o pretende expressar, menos perceptível o deixa, sendo aquela Linha o primeiro fio, que fêz mais intrincado êste Labirinto; mas para prova da sua dilatada extensão basta saber-se que excede de quatrocentas léguas, ou mais propriamente ainda se lhe não tomou medida certa porque até aqui está o seu fim duvidoso.¹¹²

Partindo da argumentação acima podemos inferir dois usos da retórica no texto historiográfico. Por um lado era necessário legitimar de forma histórica os territórios de Portugal confirmados pelo tratado de Utrecht, que se estendiam além

¹¹⁰ Quanto às características e usos da retórica, ver REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

¹¹¹ ANDREAZZA, Maria Luiza. Op. Cit. p. 6.

¹¹² FRANCA, Gonçalo Soares da. Op. Cit. 241-242.

dos limites acordados pelo Tratado de Tordesilhas¹¹³. Por outro, era preciso demonstrar que o Brasil ainda tinha regiões não exploradas, de que a Coroa Portuguesa poderia tirar proveito, expandindo seus domínios e ampliando a produção gerada pela iniciativa colonial.

4.4 Espaço de Produção

Dentro da dinâmica imperial portuguesa, a integração econômica, por vezes, superou a integração política¹¹⁴. Ainda que os acadêmicos não tratem de qualquer desagregação territorial, o comércio e a produção de bens era um fator de definição da América Portuguesa em relação ao Império Português. Assim, ao falar da história brasileira, a Academia dos Esquecidos teve no valor produtivo e econômico do espaço americano um de seus objetos de descrição.

Inclui o nosso Brasil o melhor espaço de mais de dez mil léguas em circunferência. O seu clima é cálido sem excesso, estende-se todo retalhado em rios, cheio de frutas, abundante de caças, fecundo de madeiras, enriquecido de preciosidades, como são esmeraldas, bálsamos, óleos, prata, açúcar, tabaco, e sobretudo é mineral de muito ouro, com que pródiga a mesma terra continuamente está tributando adorações ao seu Invictíssimo Monarca, e envia a El-Rei Nosso Senhor em opulentíssimas frotas todos os anos milhões e milhões de cabedal, muitas arrôbas, e mais arrôbas de finíssimo ouro.¹¹⁵

As relações e formas de produção não parecem fazer parte do interesse dos eruditos. Não se faz menção aos trabalhadores e técnicas. Nem mesmo o comércio de escravos é relatado. Em geral, os negros surgem nas entrelinhas dos textos, como sujeitos ocultos da atividade produtiva que iria encher os “Reais Gasofilácios”¹¹⁶. A produtividade da terra e as vantagens que tem Portugal em investir no Brasil, essas sim, são recorrentes nas descrições empreendidas:

¹¹³ Também Caetano de Brito e Figueiredo trata dos tratados entre Portugal e Castela. Cf. FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. Op. Cit., p. 168.

¹¹⁴ A obra de Manolo Florentino exemplifica essa situação, ao demonstrar as conexões promovidas pelo comércio negreiro, que poderia ser visto como uma empresa que interligava a África e a América, apesar da descontinuidade territorial. FLORENTINO, Manolo. Op. Cit.

¹¹⁵ GAMA, Luís Siqueira da. Op. Cit. p. 14-15.

¹¹⁶ Conforme citação abaixo.

Não se divisa com menos decoro a opulência correspondente inestimável aos produtos de tão grande Monarquia, concorrendo tributários ou antigo, e novo Mundo com o mais rico, e mais raro, e o mais precioso para se encherem os Reais Gasofilácios.¹¹⁷

As paisagens, quase sempre agrárias, apontam para a estrutura de povoamento, mas também para a forma como se estabelecem as relações do Brasil com a Coroa. Os acadêmicos tratam de engrandecer, em seus textos, a posição que ocupava a Nova Lusitânia no Império Português.

Em conclusão tem em si, e produz a América o mais raro, útil, e precioso que a Natureza espalhou por diversas Regiões do Universo, e além destas, muitas, e particulares excelências, de que outras Regiões não gozam, nem participam.¹¹⁸

Nota-se, no excerto acima, um esforço de particularização da América pela sua natureza. A atribuição de positividade às particularidades da Nova Lusitânia está relacionada com a capacidade dos produtos que essa terra poderia oferecer ao Império Português. Portanto esta é, também, uma defesa da importância dessas terras no contexto político mais amplo de que faziam parte.

4.5 História, Geografia e Projetos Coloniais

A adoção do lema *Sol oriens in Occidu* (O Sol oriental no Ocidente¹¹⁹) pela Academia Brasílica dos Esquecidos pode ser visto enquanto uma apropriação da tradicional tópica da *Translatio imperii*.¹²⁰ A ideia da transferência de poder e cultura de um lugar para o outro está associada, portanto, ao projeto das academias. Não é sem razão que, nas dissertações históricas, a empresa portuguesa na América é caracterizada como uma ação em prol da fé e da civilização:

¹¹⁷ FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. Op. Cit. p. 198

¹¹⁸ Ibid. p. 153.

¹¹⁹ A expressão latina “*Sol oriens*” também pode significar “nascer do Sol”. O lema “O nascer do Sol no Ocidente” também é cabível com a argumentação que segue, no entanto.

¹²⁰ KANTOR, Íris. As academias brasílicas e a transmissão da cultura letrada: os Esquecidos e os Renascidos (1724-1759). In: MONTEIRO, Rodrigo; VAINFAS, Ronaldo. **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009. KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 2004.

Confrontando com todas as notícias já mencionadas, resolveu El-Rei mandar povoar o Brasil, porque a uberdade da terra, a exuberância das águas, a beneficência do clima, e sobretudo a perdição daquelas almas, eram veementes estímulos para outro peito ainda menos piedoso, que o daquele excelente Monarca.¹²¹

Nota-se o contraste entre a terra e os homens. Atribuem-se valorações sempre positivas para os aspectos físicos do Brasil. No entanto, aqueles que ali habitavam até a chegada dos portugueses eram vistos como “Bárbaros, e destituídos da razão”¹²². Ora, a caracterização edênica da natureza e a caracterização diabólica dos gentios já se faziam comuns nos discursos portugueses do século XVI¹²³. O imaginário edênico, cultivado pelos europeus, teve forte inserção no movimento de expansão marítima. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda,

o espetáculo, ou a simples notícia de algum continente mal sabido e que, tal como a cera, se achasse apto a receber qualquer impressão e assumir qualquer forma, suporta assim, entre muitos deles, as idealizações mais inflamadas.¹²⁴

A consideração, pautada num ideal cristão, de que a América fosse um continente predominantemente bom por sua natureza é complementada pela definição dos indígenas como bárbaros e pecadores¹²⁵.

Era o Brasil habitado de Índios, que sendo de uma mesma Pátria, se mostravam tão diferentes nos ritos e línguas, que se julgavam Nações diversas: destas se contavam mais de cem distintas espécies; na simetria do corpo de estatura avultada; nas feições do rosto redondo, nariz chato, cabelo liso, e sempre intonso; nos costumes tão bárbaros, que parece degeneravam em irracionais, porque sem Rei, nem Lei, e sem fé, isentos do temor de Deus, e da legislação dos homens, só obedeciam aos impulsos da natureza corrupta, que sempre propensa ao mal licenciosamente os inclinava a execução de seus brutais apetites, chegando a fazerem gostoso prato da carne humana; supersticiosos por doutrina, glutões por costume, ébrios por exercício, ferozes por inclinação, rudes por gênio, e preguiçosos por natureza; para que com tantas disposições de brutos tivessem mais que lavrar nestes humanos troncos o buril da polícia da Europa, e o cinzel da Religião Católica.¹²⁶

¹²¹ FRANCA, Gonçalo Soares. Op. Cit. p. 275.

¹²² MACHADO, Inácio Barbosa. Op. Cit. Folio 62, p. cxx.

¹²³ SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 33-117.

¹²⁴ HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 233.

¹²⁵ SOUZA, Laura de Mello e. Op. Cit. p. 70-100.

¹²⁶ FRANCA, Gonçalo Soares da. Op. Cit. p. 246.

Pela narração dos fatos e pela descrição das paisagens se encontram unidos os interesses territoriais e religiosos da iniciativa portuguesa na América. Da Europa para o Novo Mundo eram transferidos saberes e agentes que, supostamente, garantiriam o surgimento da civilização em terras bárbaras e a salvação das almas incultas. Mais uma vez, encontramos indissociáveis a política e a religião nos discursos que justificam os projetos coloniais. O surgimento da cidade e da pregação católica, transferidos “do mar à terra”, constituem um projeto único:

[o] Governador Tomé de Sousa (...) em breves dias conseguiu o transporte de gente, armas, materiais e mantimentos, podendo-se sem hipérbole dizer que do mar à terra se transferia à futura Bahia, ou que da Europa à América passava a nova Cidade. [...]

Eis aqui e quando pròpriamente podemos dizer passou a religião Católica aos Índios do Brasil, e eis aqui também o escuro princípio da esclarecida Cidade da Bahia que em artefatos, polícias, e opulências, parece pode apostar igualdades com as mais célebres de Europa, como com menos hipérbole que realidade cantou em outros anos algum engenho.¹²⁷

A escrita das dissertações históricas, conciliando empenhos narrativos e descritivos, se desenvolve, portanto, em torno da afirmação de um projeto de império. Se a descrição da natureza e dos nativos permite ao leitor vislumbrar qual eram os objetivos portugueses, entendidos enquanto uma missão em nome de Deus, a narração do que sucedeu na Nova Lusitânia confirma Portugal enquanto um império a serviço da causa católica e da civilização dos bárbaros. A própria fundação da Academia dos Esquecidos - Sol nascido no ocidente – expressa essa posição. Se o descobrimento do Brasil pelas armas se fez importante, a continuidade da civilização ainda dependia de um “descobrimento pelas letras”.

“Descobrir pelas letras”, metáfora de forte cunho espacial, significava reinterpretar a primeira descoberta (pelas armas), fazer juízo crítico das representações constituídas e trabalhar a memória da América Portuguesa de maneira que seu passado fosse apropriado às necessidades do século XVIII. A essa motivação explicada pelo trabalho mnemônico se juntam, contudo, outros fatores.

A tarefa de recolher informações sobre o Brasil, da qual o monarca incumbiu o vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses, exigia que se abrisse contato entre a Bahia e as outras capitanias. Para Kantor, tal tarefa estreitava os laços entre o vice-rei e os governadores, além de promover a imagem dos participantes desse projeto

¹²⁷ FRANCA, Gonçalo Soares da. Op. Cit. p. 278-279.

junto a Lisboa¹²⁸. Se a Academia Real de História Portuguesa constitui uma rede cujo centro é Lisboa, mas que recebe influências e contribuições de diversas partes¹²⁹, a Academia Brasílica dos Esquecidos pode ser pensada enquanto um núcleo subordinado a essa rede. A escrita coletiva de uma história, conforme projetada pela academia lisboeta, também permitia aos intelectuais americanos o acesso às honras do ofício de historiador que aos poucos se instituía. A manutenção do Império pelas letras, análoga à proteção oferecida pelas armas¹³⁰, era tarefa honrosa.

No dia 24 de Abril descobriu a sorte de Pedro Álvares Cabral estas Províncias para o Domínio de Portugal, neste dia de 23 descobre a magnanimidade do Excelentíssimo Vice-Rei estes Estados para os ilustres com a memória dos escritos. No primeiro descobrimento se achou o terreno, e caduco, no segundo se imortaliza o corruptível. No primeiro obrou o acaso esta grande felicidade, no segundo executa o conselho esta memorável ação que terá ao mundo por teatro, a fama por História, e glória por estátua.¹³¹

Sendo as duas academias incentivadas e mantidas pelo Estado, é importante considerar que aqueles que escreviam a história estavam compromissados com os governantes. As relações de mecenato, a inserção em uma rede de letrados - provenientes de diversas áreas do Império Português e do exterior - e as possibilidades de enobrecimento e ganhos pessoais dentro das academias, portanto, podem ser inseridos entre uma gama fatores que direcionam os discursos dos acadêmicos para um mesmo sentido¹³².

Assim, as questões que mais pontualmente interessavam para uma escrita da história do ultramar em Portugal parecem ter sido levantadas pelos acadêmicos luso-brasileiros. Aqueles que habitavam a América, mesmo no diálogo com a memória local, estiveram inclinados a promover a manutenção e o elogio do poder monárquico a partir de suas dissertações acadêmicas. Essa escrita voltada para um público majoritariamente português – ligado à Academia Real de História – é *direcionada* a tal público, porque retoricamente constituída. Percebe-se essa

¹²⁸ KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos**: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 2004. p. 93.

¹²⁹ MOTA, Isabel. Op. Cit. p. 53.

¹³⁰ KANTOR, Íris. Op. Cit. p. 94.

¹³¹ MACHADO, Inácio Barbosa. Op. Cit. Folios 14v-15, p. xxvii-xxviii.

¹³² Isabel Mota chega a considerar a existência de uma autonomia para a Academia Real de História Portuguesa, entretanto considera que essa autonomia não é completa, visto que tal academia é empresa do Estado. Cf. MOTA, Isabel. Op. Cit. p. 130-131.

condição pela leitura, por exemplo, das dissertações que tratam das aves do Brasil, produzidas pelo acadêmico Caetano de Brito e Figueiredo. As descrições utilizadas pelo autor costumam ter como referencial algum animal existente na Europa: “rôlas semelhantes às de Portugal”¹³³, “codornizes, que não diferem das européias”¹³⁴, “carriças domésticas são como as folacas de Portugal”¹³⁵, “urubus correspondem aos corvos, porém são maiores”¹³⁶. No entanto, as preocupações presentes nas dissertações históricas não são padronizadas apenas por demandas lusitanas, mas por questionamentos *luso-americanos*. A representação da América Portuguesa pelas academias letradas não pode ser compreendida fora da perspectiva do império enquanto sistema articulador de unidades complementares e extraterritoriais¹³⁷.

¹³³ FIGUEIREDO, Caetano de Brito. Op. Cit. p. 205.

¹³⁴ Ibid, p. 206.

¹³⁵ Ibid, p. 207.

¹³⁶ Ibid, p. 212.

¹³⁷ Refiro-me às relações mercantis, sociais e culturais que promoveram a integração e a interdependência de regiões geograficamente afastadas dentro do Império Português, independente da existência de amarras político-administrativas. Cf. ANDREAZZA, Maria Luiza. Op. Cit. p. 1.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existiu, na Academia Brasílica dos Esquecidos, uma intencionalidade política por trás das representações do espaço? Qual forma de pensar o Império Português estava associada a essa escrita? Como se inserem as questões geográficas nesse projeto historiográfico? Essas questões pressupõem uma percepção dos participantes da Academia Brasílica dos Esquecidos enquanto um grupo voltado a uma orientação temporal em comum que caracteriza um *regime de historicidade*. Este trabalho buscou analisar as representações espaciais enquanto integrantes de um projeto historiográfico que relaciona as perspectivas locais de escrita da história – preocupações americanas por sua origem – e perspectivas universais – entendido esse universo enquanto católico ou português.

Compreendemos, neste trabalho, a escrita da história vinculada a projetos políticos. Estes projetos são luso-brasileiros, ou seja, não se tratam de iniciativas estritamente metropolitanas nem se adéquam a uma dialética simples entre metrópole e colônia. Percebemos, pelo contrário, a existência de complexidades associadas ao fazer historiográfico setecentista, expressas na variedade e na forma dos argumentos que se apresentam, assim como nas questões sociais associadas à posição de acadêmico.

O desenvolvimento de um pensamento historiográfico luso-brasileiro está associado às questões teológico-políticas que constituíam os discursos e representações correntes no antigo regime português. O espaço geográfico, assim como o tempo, é constituído, nas “dissertações históricas”, a partir do contínuo jogo de significações entre o secular e o divino. Isso se insere no processo de consolidação de uma nova forma de perceber a natureza e, por conseqüência, as ciências. A unidade que formam a teologia, a retórica e a política se expressa, por exemplo, nos temas proféticos apresentados nas obras aqui estudadas, uma vez que, como vimos, o discurso providencialista justificava a apropriação do espaço a partir de uma visão do passado como profecia.

Para compreender essas representações, o conceito de natureza é fundamental. Inserida num momento de formação de uma ideia moderna de natureza, a escrita da história setecentista dialoga com os argumentos dos antigos e deles apropria-se de uma forma crítica – considerados os significados de “crítica”

coerentes com o século XVIII. A influência das experiências de descobrimentos, inseridas pelos acadêmicos Esquecidos em seus textos a partir de crônicas e relatos de viagens, traz concepções sobre a natureza e sobre os naturais do Brasil que dialogam, nas dissertações históricas, com os saberes dos antigos.

A representação do espaço, nos textos dos Esquecidos, deve ser entendida em conformidade com o tempo e com o lugar em que foram escritas, mas também as leituras feitas dessas apropriações são produtos de um tempo e um lugar. Assim, promover uma leitura da visão do espaço setecentista é, também, dialogar com apropriações dessa visão que surgiram posteriormente. As diversas significações dadas aos textos da Academia Brasílica dos Esquecidos são vinculadas às mudanças de sentidos em relação aos conceitos de natureza, de espaço geográfico, de tempo, de nação e de pátria, por exemplo.

Percebe-se, com isso, como se constroem e como se modificam as representações sociais, no que concerne aos trabalhos acadêmicos. A historiografia luso-brasileira do século XVIII dialogou com uma série de argumentos que corriam naquele tempo, propondo classificações e interpretações do mundo coerentes com o *lugar social* que ocupavam os acadêmicos. A escrita da história se deu, no contexto luso-brasileiro setecentista, a partir de uma estrutura de academia que estava fortemente articulada aos projetos políticos do Estado. Os usos das categorias espaciais inseridos na produção das “dissertações históricas” pela Academia Brasílica dos Esquecidos combinam os enfoques temáticos estabelecidos para esses textos em torno da construção de uma representação dos espaços luso-americanos que valoriza complementaridades e interdependências, reforçando os laços entre o Império Lusitano e a América Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA BRASÍLICA DOS ESQUECIDOS. Notícia da Fundação. In: CASTELLO, José Aderaldo. **O Movimento Academicista no Brasil, 1641-1820-22**. Vol. 1. Tomo 1. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Bicho Solto: natureza, espaços e história na transição da modernidade para a pós-modernidade. In: **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.
- ALENCASTRO, Luís Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt. A Espacialização da Rede Urbana do Recôncavo Baiano Setecentista à Luz da Cartografia Histórica. In: III SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. **Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Ouro Preto: UFMG, 2009.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. Dominium, Terras e Vassalagem na América Portuguesa de Sebastião da Rocha Pita. In: SEMINÁRIO FACETAS DO IMPÉRIO NA HISTÓRIA. **Anais do Seminário Facetas do Império na História**. Curitiba: UFPR, 2006.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. 10 vol. Coimbra: Cellegio das Artes da Companhia de Jesus. 1712-1728.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- BOXER, Charles. **O Império Colonial Português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 1969.
- CAJUEIRO, Renato Luiz Bacellar. **Letrados d'El Rey: os conselhos da história e o poder real em Portugal na primeira metade do século XVIII**. 2007. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- CASTELLO, J. Aderaldo. **O Movimento Academicista no Brasil**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- COLLINGWOOD, R. G. **Idea de la Naturaleza**. México: FCE, 2006.
- COUTINHO, Ana-Sofia de Almeida. **Imagens Cartográficas de Portugal na Primeira Metade do Século XVIII**. 2007. Dissertação (mestrado em Letras) - Universidade do Porto, Porto.
- CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Imperial e Projetos Coloniais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- DEJEAN, Joan. **Antigos contra Modernos: As guerras culturais e a construção de um fin de siècle**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. Dissertações acadêmicas e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil (1724) Transcrito In:

- CASTELLO, José Aderaldo. **O Movimento Academicista no Brasil**. Vol. I, tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- FIORETO, T. A Sociedade Colonial do Brasil no Início do Século XVIII: as contribuições dos estudos de retórica antiga para a compreensão do sistema ideológico colonial. In: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C. (org.). **Múltiplas perspectivas em Linguística**. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império Português (séculos XVII e XIX). In: **História: questões e debates**. Curitiba, n. 36, p. 99-127, Editora da UFPR, 2002.
- FRANCA, Gonçalo Soares da. Dissertações da história eclesiástica do Brasil que recitou na academia brasílica dos esquecidos (1724) Transcrito In: CASTELLO, José Aderaldo. **O Movimento Academicista no Brasil**. Vol. I, tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- FREITAS, Maria Helena de Almeida. **Origens do Periodismo Científico no Brasil**. 2005. Dissertação (mestrado em história da ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- GAMA, Luís Siqueira da. Dissertações altercadas e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil (1724) Transcrito In: CASTELLO, José Aderaldo. **O Movimento Academicista no Brasil**. Vol. I, tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- HANSEN, João Adolfo. "Colonial e Barroco". In: **América - Descoberta ou Invenção**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 347-361.
- _____. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. **A sátira e o engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. SP: Ateliê Editorial; Campinas: Unicamp, 2004.
- _____. Agudezas Seiscentistas. In: **Floema**. Especial João Adolfo Hansen. Ano II, n. 2 A. p. 85-109. Out. 2006.
- _____. Barroco, neobarroco e outras ruínas. In: **Floema**. Especial João Adolfo Hansen. Ano II, n. 2 A. p. 15-84. Out. 2006.
- _____. "Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII". In: FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo. **História dos conceitos**: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007, p. 253-266.
- HARTOG, François. **Régimes d'historicité, Présentisme et expériences du temps**. Paris, Seuil, 2003.
- HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português. IN: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVEIA, M. de F. **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- _____. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. In: **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 21, Junho de 2006.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 2004.
- _____. As academias brasílicas e a transmissão da cultura letrada: os Esquecidos e os Renascidos (1724-1759). In: MONTEIRO, Rodrigo; VAINFAS, Ronaldo. **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006
- LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LESTRINGANT, Frank. **A Oficina do Cosmógrafo ou a Imagem do Mundo no Renascimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- LIMA, Sheila Conceição Silva. As Transformações da Sociedade Setecentista: a embaixada régia como simbolismo político no reinado de D. João V (1716). In: XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-Rio. **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro, 2010.
- MACHADO, Inácio Barbosa. *Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasílica*. (1724) Transcrito In: MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. **A Academia brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial**. São Paulo: USP, 1999.
- MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. **Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial**. 2 v. 1999. Tese (doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MOTA, Isabel. **A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII**. Coimbra: Minerva, 2003.
- NICOLAZZI, Fernando. Entre “letras & armas”, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII. In: **Almanack Brasiliense**. São Paulo, nº 11, p. 40-51, mai. 2010.
- OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar Editora, 2001.
- OLIVEIRA, Luiza Nascimento de. A Missão do Padre Matemático Diogo Soares ao Brasil. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO. **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro, 2010.
- PAGDEN, Anthony. **The Fall of Natural Man: The American Indian and the origins of comparative ethnology**. Cambridge University Press, 1982.

- PÉCORA, Alcir. **Teatro do Sacramento**: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira. São Paulo: EDUSP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- PEDROSA, Fábio Mendonça. A Academia Brasílica dos Esquecidos e a História Natural da Nova Lusitânia: O movimento academicista e a Academia Brasílica dos Esquecidos. In: **Revista da SBHC**, nº1, 2003. P.21-28.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. Portugueses, americanos e brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo-Regime luso-americano. In: **Almanack Brasiliense**, n. 3. Maio de 2006, p. 69-80.
- PINTO, Nilton de Paiva. **A Poesia de Rocha Pita na Academia Brasílica dos Esquecidos**. 2007. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. São Paulo: EdUSP, 1976.
- POLÓNIA, Amélia. Arte, técnica e ciência náutica no Portugal Moderno: contributos da “sabedoria dos descobrimentos” para a ciência europeia. IN: **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, III Série, vol. 6, 2005, p. 9-20.
- POMIAN, Krzysztof. **Sobre la historia**. Madrid: Cátedra, 2007.
- RAMINELLI, Ronald. Império da fé: Ensaio sobre os portugueses no Congo, Brasil e Japão. IN: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVEIA, M. de F. **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P.225-247.
- _____. **Viagens Ultramarinas**: monarcas, vassallos e governo a distância. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado” na cultura política moderna: o Império Português, anos 1720-1730. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (orgs.). **Cultura Política e Leituras do Passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 131-154.
- SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. **Escrevendo a História do Futuro**: a leitura do passado no processo de independência do Brasil. 2010. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SILVA, Thaíse. Poder e *episteme* na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real de História Portuguesa (1720-1721). In: **História da historiografia**. Ouro Preto, nº 3, setembro de 2009, pp. 204-215.
- SILVA, Thiago Rocha Ferreira da. “Se não são ilusões, estamos num teatro”: a possibilidade da paisagem como cenário. In: **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, n. 25, p.97-108, jan/jun de 2009.
- SILVEIRA, Pedro Telles. **“Brutescos rascunhos da humana natureza”**: a construção dos indígenas nas dissertações históricas da Academia Brasílica

dos Esquecidos (1724-25). 2009. Monografia (licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Notas para o estudo das dissertações históricas setecentistas. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLLO, Helena; ARAUJO, Valdei (org.). **Caderno de Resumos & Anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado**. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SOUZA, Laura de Melo e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. **O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1909)**. Brasília: UnB, 1963.

WEST, William N. Knowledge and Performance in the Early Modern Theatrum Mundi. In: **metaphorik.de**. n.14, 2008, p. 1-20.